

Artigo publicado em: Revista Eletrônica INTERCAMBIO DOS  
CONGRESSOS INTERNACIONAIS DE HUMANIDADES, 2005 – ISSN  
1982-8640

## A PRESENÇA DAS LÍNGUAS AMERÍNDIAS E DAS LÍNGUAS AFRICANAS NO ESPANHOL E NO PORTUGUÊS FALADO NO CONTINENTE LATINO - AMERICANO

Ortíz Alvarez, M.L  
Universidade de Brasília

### Resumo

*O Espanhol e o Português trazidos do Sul da Europa para ambientes tão distantes e tão diferentes dos originários foram colocados sob a influência de uma multiplicidade de fatores começando pelo contato com as línguas indígenas autóctones e mais tarde com as línguas africanas dos negros escravos trazidos para as Américas e para o Caribe. O rigor das análises sobre as variantes americanas da língua espanhola e da língua portuguesa falada no Brasil trouxe resultados que evidenciam o importante papel das línguas indígenas e africanas na composição, principalmente do léxico, da língua espanhola e da língua portuguesa faladas na América Latina. Tanto as pesquisas em Linguística Aplicada, como os estudos de dialetologia e sociolinguística deram uma enorme contribuição neste sentido. No intuito de descobrir algumas das razões históricas que levaram essas duas línguas a um encontro na Península, primeiro, e além do mar, na América Latina depois, nos dedicamos a pesquisar sobre a história da evolução de ambas, trazendo essa análise até o nosso trabalho para refletir acerca de como tudo isso teve influência no Espanhol e no Português falado nessa região.*

**Palavras-chave:** línguas indígenas, línguas africanas, espanhol, português.

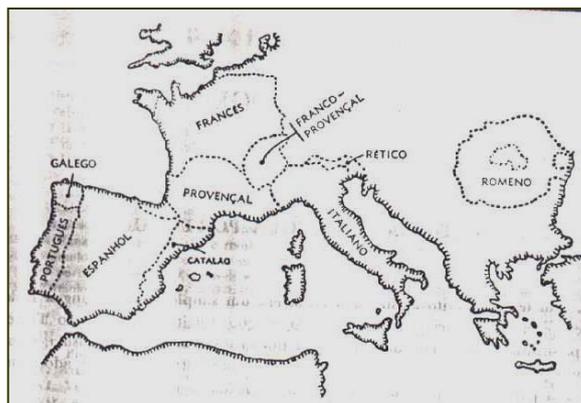
### Introdução

*El que ama de veras la lengua castellana tiene  
que amar a la lengua portuguesa. Ambas se  
fertilizan la una por la otra, y mutuamente se  
acarician y se halagan.*

(Alfonso Reyes, 1952)

As línguas, considerando o processo histórico de sua evolução, têm uma origem comum, origem essa que se caracteriza pela existência de blocos lingüísticos e por provirem de outra língua anterior, considerada primitiva. Por exemplo, no bloco indo-europeu encontramos o grupo românico que resultou da evolução do latim, antiga língua indo-européia.

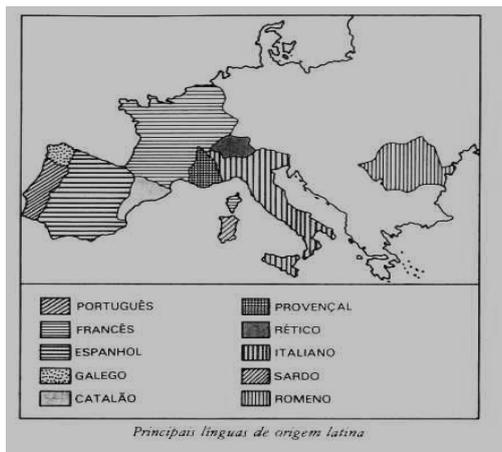
O Português e Espanhol, assim como as outras línguas românicas, originaram-se do latim vulgar essencialmente oral, que corresponde ao conceito de língua viva e característica das classes plebéias da Roma aristocrática antiga. Esse latim diversificou-se em dialetos sociais mudando continuamente de forma diacrônica à medida que se expandia pela Europa o Império Romano. Do outro lado, estava o latim clássico, a língua culta falada dentro da classe aristocrática (dos chamados patrícios), que se tornava uma língua viva na medida em que recebia influência do latim vulgar, tido como mais dinâmico.



A classificação de latim clássico e latim vulgar não é muito convincente e, neste sentido, concordamos com Câmara Junior (1976, p.21) quando afirma que *o latim vulgar é o que corresponde essencialmente ao nosso conceito de língua viva. O latim clássico só era língua viva na medida em que recebia influência do latim vulgar e se tornava, com isso, mais maleável e mesmo um tanto dinâmico. (...) O latim vulgar diversifica-se em dialetos sociais, e, diacronicamente, é uma continuidade de mudanças.* Evidentemente, o latim clássico, sujeito a normatização através da língua escrita e das gramáticas seria mais oportuno no sentido de conceber uma unidade lingüística no decorrer da sua história. Mais adiante o autor acrescenta:

... É justo dizer que as línguas românicas provêm do latim vulgar, no sentido relativo de que resultaram de um latim dinâmico, essencialmente de língua oral, em processo de perene evolução. Elementos do latim clássico, que estão nas origens românicas, são os que se integraram no processo evolutivo, fazendo-se "vulgares".

Enquanto o latim clássico tornava-se uma língua morta, o latim vulgar se desenvolvia em diferentes línguas que, aos poucos, passou a ser o lastro primitivo do português e do espanhol. De forma direta e indireta, o latim vulgar forma o que seria, posteriormente, o substrato na consciência coletiva, encerrando assim o germe da diferenciação ao transformar-se nas diversas línguas de um mesmo bloco lingüístico. Essa transformação, além de ser o resultado de variações culturais, de isolamento geográfico dos grupos entre si e da aquisição de superestratos lingüísticos subseqüentes, passou a ser uma consequência do caráter evolutivo, próprio de qualquer língua através do tempo e do espaço, visto que os fenômenos lingüísticos, como tudo na natureza, estão sujeitos a mudanças inevitáveis.



Assim, na evolução lingüística do Espanhol e do Português como resultado de algumas transformações podem ser identificados processos iguais, similares ou totalmente diferentes no desenvolvimento de cada uma delas. Quando comparamos essas duas línguas também observamos que além dos vocábulos e frases hereditários, existem empréstimos devido ao contato delas com outras línguas (por exemplo, no português temos os vocábulos, *chapéu* (do francês), *clube* (do inglês), *piano* (do italiano); no espanhol temos *manjar* (do francês), *yate* (do inglês), *alface* (do árabe), *almacém* (do árabe), *teléfono* (do grego), etc.), e às novas criações do idioma.

No século XV, especificamente em 1492, o mundo inteiro assistiu uma seqüência de fatos históricos, inéditos e de grande impacto, onde Espanha será o centro de atenção e terá um papel importante: 1) a descoberta das Américas; 2) a expulsão definitiva dos árabes da Península; 3) a expulsão dos judeus e, finalmente, a publicação da primeira gramática de uma língua espanhola moderna, do famoso gramático Antonio de Nebrija.

Com a descoberta das Américas aconteceria o chamado “encontro de culturas”, isto é, o encontro da cultura espanhola, da portuguesa e da americana pré-colombina. É curioso, e até talvez irônico, dizer que foi um encontro, pois, na verdade, foi a partir desse acontecimento que se originou um evidente sentimento de poder por parte das metrópoles colonizadoras que impuseram as suas línguas, o espanhol e o português, sob uma grande quantidade de línguas e dialetos falados na região antes da chegada desses europeus. Ocorreu, de fato, um avassalamento absoluto, uma mutilação de várias línguas e culturas autóctones.

O fato de que os acontecimentos históricos, sócio-econômicos e políticos através de todos estes séculos desembocaram na constituição de uma única língua oficial para a comunidade hispânica peninsular e canária precisamente no século em que se iniciou a colonização de América, explica por que o castelhano, já convertido em língua oficial e nacional da Espanha se expandira no Novo Continente. A denominação *língua espanhola*, aplicada ao castelhano, teve desde o século XVI absoluta justificação. Quando no século XVI o idioma espanhol se desloca por Espanha e América como resultado de uma extensão territorial contínua, na segunda metade desse mesmo século ocorre a transformação fonética que deu passo ao espanhol moderno: igualou-se o *b* ao *v*; perdeu-se o *h* aspirado, e se igualaram os três pares de sons (*s* e *ss*, *z* e *c*, *j* e *x*) que originou o seseo e o ceceo.

Desde o início da colonização de América começa o processo de diferenciação da língua dos colonizadores com relação ao espanhol que eles trouxeram da Península, o que é inevitável porque nenhuma língua pode iludir ser a expressão do modo de vida da comunidade que a utiliza e ao mesmo tempo ser testemunho dessa vida. As línguas sempre mudam, com mais razão e celeridade aquelas que por circunstâncias históricas complexas se desarraigam de sua geografia tradicional e se colocam em contato com outras culturas em outros ambientes físicos. Se no século XVI a língua espanhola apresenta um estado de nivelção em ambos os lados do Atlântico, nos séculos seguintes, pelo contrário, se acentua a diferenciação e começa a formação das variantes nacionais americanas. Assim, o espanhol desmancha os modelos sociais que regeram na Espanha, pois as novas condições da realidade americana assim o obrigavam.

Com essa breve introdução pretendíamos argumentar de forma sucinta a origem lingüística das duas línguas aqui mencionadas.

- **O Espanhol da América**

Atualmente há um número considerável de pesquisas dedicadas ao estudo da história das variantes da língua espanhola e da língua portuguesa faladas no continente latino-americano. No caso do Espanhol a tendência é descrever o espanhol falado numa região específica, como se os traços locais fossem únicos. No entanto, a realidade é outra, pois os fenômenos que descrevem esses estudos podem existir de forma idêntica a muitos quilômetros de distância. Assim, à medida que

aumenta o rigor das análises sobre as variantes americanas da língua espanhola e a do Português do Brasil, as constatações e observações tornam-se mais precisas fornecidas pelo próprio avanço das pesquisas em Lingüística Aplicada e pela contribuição dos estudos de dialetologia e sociolingüística.

Tentando analisar a questão da constituição da língua espanhola, lembremos como os fatores políticos e militares fizeram com que na etapa da Reconquista a variedade castelhana se estendesse e impusesse perante outras línguas irmãs. Durante o século XIII o castelhano teve um desenvolvimento funcional amplo ligado a uma primeira normalização lingüística que não teve um caráter absoluto nem garantiu uma homogeneidade na língua escrita. A evolução posterior mostra como foi tirando elementos vigentes da primeira manifestação consistente da língua escrita.

Coseriu (1977, p.323) analisando as pesquisas sobre o espanhol da América aponta:

...A maioria das pesquisas sobre o espanhol da América, ao invés de serem estudos propriamente ditos, se apresenta como uma coletânea de materiais ou complementos à Gramática da Academia Espanhola e, sobretudo, ao seu Dicionário. Os mesmos trabalhos sobre o espanhol de tal ou qual país hispano-americano não apresentam todo o espanhol do país correspondente (ou, pelo menos, exemplos sistemáticos dessa língua), mas, precisamente, os aspectos que se consideram diferenciadores. Na realidade, podemos dizer que há muitos estudos comparativos do espanhol da América com relação ao espanhol geral ou ao espanhol da Real Academia, mas ainda faltam as descrições efetivas das variedades do espanhol americano... (1977, p. 323).

Uma das primeiras obras onde se analisam as diferenças lingüísticas do espanhol da América é a de Gregorio Mayans “*Orígenes da língua espanhola*” escrita em 1737. O livro trata da introdução de vozes indígenas no Espanhol (por exemplo, iguana, tabaco, bejuco, etc.) que, segundo o autor, poderiam ser compiladas num dicionário. Hoje em dia não são poucos os dicionários dedicados ao estudo das variantes do espanhol americano. Em Cuba, por exemplo, o primeiro a tentar foi Frei José María Peñalver que em 1795 propôs uma reunião extraordinária da *Real Sociedad Económica Amigos del País* para discutir a elaboração de um dicionário provincial da Ilha de Cuba. O referido dicionário devia incluir todas os vocábulos cubanos referentes às áreas de agricultura, indústria, comércio, etc.

No século XX, aumentou o número de trabalhos sobre as variantes regionais procuravam fazer um inventário totalizador de vozes de todos os países falantes de espanhol no continente americano, destacando-se o *Diccionario de Americanismos* de Augusto Malaret (a primeira edição foi publicada em 1925 em Porto Rico; a terceira edição em 1946, em Buenos Aires) e o *Diccionario General de Americanismos* de Francisco Javier Santamaria (a primeira edição foi publicada em 1946, no México). A classificação dos americanismos elaborada por esses autores, e a de outros posteriores, é ocasionalmente relativa, pois muitas das palavras denominadas de americanismos não são comuns para toda a América, sendo estes utilizados somente em determinadas regiões e por determinados grupos sem chegar a cobrir todo o mapa lingüístico hispano-americano. Em 1936 é publicada a obra lexicográfica de Esteban Pichardo intitulada *Diccionario Provincial de vocês cubanas*, a primeira de uma serie de obras regionais que proliferaram em toda América.

Cuervo (1947) afirmara que a língua deriva do caráter social do ser humano e da sua liberdade, portanto, a mudança idiomática depende também dos fatores humanos. Um aspecto que

devemos ressaltar é o fato de Cuervo não considerar o espanhol da América como um simples espanhol ibérico transplantado, mas como um processo de desenvolvimento original dessa língua que adquiriu matizes próprios a partir da introdução das variantes espanholas trazidas pelos colonizadores. Em 1901, já Cuervo fazia referência aos caracteres dialetais desse idioma na América.

Lope Blanch (1983) também tenta comprovar a tese do mestre Cuervo fazendo ênfase na intervenção de múltiplos fatores na constituição de uma determinada língua, particularmente no caso do transplante desta para territórios já povoados, como aconteceu com o português e o espanhol. Com relação a essas línguas o autor cita alguns fatores. Dentre esses fatores o autor cita: 1) as diferentes línguas indígenas acima das quais se assentou o castelhano e o português; 2) a origem regional dos conquistadores e colonizadores (e seu nível sócio-cultural); 3) a densidade da população nativa das regiões colonizadas, sua organização sócio-política e seu grau de desenvolvimento cultural; 4) as diferentes fases da conquista e colonização; 5) a intensidade dos contatos com a metrópole ou o isolamento com relação a ela; 6) as atitudes conservadoras e/ou inovadoras dos grupos colonizadores; 7) as características dos fluxos migratórios e a sua procedência; 8) o processo de aquisição do castelhano e do português pelos indígenas e sua situação de bilingüismo; 9) a influência das línguas indígenas na língua espanhola e na língua portuguesa; 10) as possibilidades de evolução interna do sistema da língua castelhana em cada uma das regiões americanas e do português, no caso do Brasil; 11) a atitude social e oficial dos falantes de espanhol e de português perante as línguas indígenas; 12) os diferentes níveis culturais alcançados durante a época colonial devido aos assentamentos hispânicos e lusófonos e, ao nosso ver, poderíamos acrescentar o fluxo de negros escravos trazidos da África que carregaram consigo o patrimônio cultural e a língua falada em seus países de origem.

Um outro fato importante é que no final do século XVIII e início do XIX, o conceito de nação na América vai adquirir uma importante conotação quando surge a expressão *nossa América* e ao mesmo tempo algumas idéias sobre o que seria o estado continental. A emancipação da América foi o resultado dessa consciência de identidade expressa de forma diversa e levada na prática nos projetos políticos de grupos crioulos. Justamente nesta época são registradas algumas contraposições de uma variante lingüística, o espanhol americano, por um lado, e, por outro, o espanhol peninsular; o *seseo* e a distinção *s/z* e o *yeísmo limenho* no século XVII, assim como a neutralização *r/l* em Cuba no século XVIII.

Durante o século XIX, intensificou-se na América a consciência da diferenciação lingüística entre alguns grupos sociais e intelectuais. Como resultado temos a preocupação pela compilação das vozes provinciais que, na verdade, iniciou-se no século XVIII. No final do século, foram-se criando as academias americanas correspondentes da Real Academia Espanhola o que constituiu o reconhecimento, por um lado, de uma identidade lingüística representada pelas novas nações surgidas das guerras de independência e, por outro, a unidade fundamental da língua e a necessidade de esforços normativos comuns.

A partir deste momento não faltaram propostas para a criação de academias nacionais (em Buenos Aires surgiu a proposta em 1823 da constituição da Sociedade Literária de Buenos Aires; em Bogotá, em 1825 veio à tona a proposta de criação de uma Academia Americana da língua destinada à conservação e desenvolvimento do idioma castelhano na América. Ela estaria formada pelos mais destacados representantes das letras das novas repúblicas fundadas no nosso continente. A fundação das academias americanas possibilitou a participação (embora com muita dificuldade e com atitudes polêmicas) americana na codificação e normatização do espanhol, que contou com a participação de reconhecidos lingüistas e filólogos latino-americanos, dentre eles Andrés Bello e Rufino José Cuervo. A teoria gramatical de Bello e a sua descrição do espanhol transcenderam o âmbito cultural hispânico. Na opinião de Sarmiento (1842,1843) *Bello pertencia a uma geração que tentou cortar o vínculo político que unia América com Espanha. Ele foi um literato formado na*

*Espanha, que a conheceu e manteve contato com ela mesmo de maneira hostil. Ele converteu-se, em matéria de língua, num ponto de transição entre a Península e a América.* No caso de Cuervo, dedicou-se à reflexão científica do espanhol de América, e ao registro, compilação e crítica idiomática trazendo à tona problemas conceituais com relação à variedade do espanhol, registros da fala e normatividade lingüística.

Contudo, é preciso salientar que o processo de incorporação do espanhol americano à codificação do espanhol da Península depende não só da atitude mais ou menos receptiva da Real Academia que continua sendo a instância normativa mais forte da língua espanhola, mas também da própria capacidade de Hispano - américa de refletir sobre a sua realidade lingüística através da sua produção discursiva dentro da qual se inclui a produção metalingüística, não científica (idiomática) e a científica.

Assim, voltando à dicotomia *Espanhol da América versus Espanhol da Espanha* observa-se que não tem um sentido geográfico trivial ou uma justificativa geográfico-lingüística, mas devemos considerar o fato de o espanhol ter se desenvolvido em dois universos constituídos em diferentes momentos da sua evolução histórica em espaços nacionais. O que seria válido para os conceitos, *Espanhol da América e Espanhol de Espanha* também seria válido para o *espanhol do México, o Espanhol de Cuba, etc.*, este último dentro do conceito macronacional do *Espanhol da América*. Cada um deles constitui uma entidade histórica, para o qual regem, no nível correspondente, as observações acerca do vário e o unitário na língua espanhola. Não há dúvidas, que a maioria das diferenças é observável, sobretudo, na fonética e no léxico. Kany (1969) destaca também a tendência marcante, na América, de diferenciar os nomes, substantivos e adjetivos de gênero (por exemplo, o uso dos substantivos, presidente - **presidenta**, **sirviente** - **sirvienta**, **engenheiro** - **engenhaira**, **doutor**, **doutora**, etc.); a pluralização de expressões como *que horas são?*, *los otros dias*, comparadas com as formas peninsulares *que hora es?*, *el otro dia*, etc. (pp. 29-31) assim como a preferência pelo pretérito indefinido substituindo o pretérito perfeito.

Na tentativa de adaptar o espanhol ibérico ao contexto americano, muitas palavras foram adquirindo novas acepções como uma forma de acomodar a língua ao uso que as condições exigiam. Por essa razão, Cowles (1962, p. 221) aponta que o fator intrínseco mais interessante que determina o caráter do espanhol americano é o semântico. Existem muitos trabalhos que tratam sobre essa questão, dentre eles os de Malaret (1943), Selva (1940) Kany (1969).

Especialistas de renome, dentre eles Amado Alonso (1967, p.12) destaca a renovação permanente da contribuição lingüística peninsular na América quando assevera:

...A base do espanhol americano é a forma americana que adquiriu naturalmente o idioma falado pelos espanhóis do século XVI, os de 1500 e os de 1600, e alguns decênios do XVII (...). Não perduram na América, e muito menos são a sua base, nem a pronuncia do século XV (mudada no século XVI), nem as formas verbais, nem as palavras, nem as formas sintáticas que na Espanha ficaram obsoletas no século XVI, menos ainda constituem a base lingüística no continente... (pág. 12).

Alonso acredita que a mudança ou permanência das formas lingüísticas que determinam diferenças de grau, nunca de essência, não é resultado de um processo natural e sim de escolhas dos falantes de acordo com as suas preferências e gostos coletivos (p. 32) Pode ter até uma certa lógica que os costumes, tradições e a própria necessidade experimentada pelos habitantes da península ibérica tenha se deslocado com eles e fosse sendo também o sentimento dos povoadores

americanos, que logo depois imprimiram, à língua transplantada, características próprias da vida e dos costumes no novo continente.

Mas quais seriam as causas da evolução do Espanhol e do Português na América? Tal questionamento nos leva a fazer uma reflexão sobre os fenômenos propriamente lingüísticos que originaram a sua formação. Partiremos do próprio conceito de espanhol que significa a particularização de uma língua, neste caso a língua espanhola. Uma língua representa um saber historicamente constituído num determinado grupo, vai se gerando e evoluindo em cada indivíduo componente desse grupo a partir de uma atividade que por sua vez permite estabelecer uma outra atividade, a comunicação através da fala. Esse falar se caracteriza fundamentalmente pelo fato de estar submetido às múltiplas variações que encontraremos na fala de indivíduos diversos, separados talvez pelo próprio tempo, espaço, pelo nível que ocupam na sociedade e pela própria fala deles. Portanto, cada ato de fala é uma ocorrência concreta e particular ligada ao aqui e agora. Então, a variação de fala está motivada por fatores intrínsecos e extrínsecos.

Dentre os valores intrínsecos temos os de nível fonético, os condicionamentos fisiológicos etc. No nível semântico, teríamos a maneira com que os falantes interiorizam a sua experiência e o conhecimento sobre o mundo que os rodeia, associando-o aos signos da sua língua, como conseqüência dos diferentes estímulos da realidade material e espiritual. Os valores extrínsecos estão relacionados principalmente aos contatos dos indivíduos com outras comunidades lingüísticas provocando algumas interferências de diferentes tipos. A variação na fala do indivíduo é importante na hora de avaliar a sua idiosincrasia idiomática. Para o conceito de língua como realidade social e coletiva nos interessa a variação regular e constante dentro de uma comunidade lingüística que permita reconhecer as variedades que ocorrem dentro de uma mesma língua e que podem ser geográficas, sociais e históricas.

A seguir falaremos sobre o português do Brasil.

- **O português do Brasil**

Até o século XVII na costa brasileira a língua portuguesa teve um forte rival, o tupi, a língua nativa. A mistura da fala dos portugueses (os jesuítas) com a dos índios deu origem a algumas palavras que existem até hoje no português como, por exemplo, *cupim, mingau, moqueca, abacaxi, mandioca, jacarandá, cipó, pitanga, maracujá, caju, capivara, tatu, piranha, pitanga, caju, jabuticaba, arara, jacaré, etc.* O tupi legou ainda palavras que entraram nas expressões idiomáticas que com freqüência usamos no dia-a-dia, por exemplo, *andar na pindaíba, estar de tocaia, chorar pitangas.*

A língua geral (a expressão “língua geral” foi inicialmente usada pelos portugueses e pelos espanhóis, para qualificar as línguas indígenas de grande difusão na área) pertencente à família lingüística tupi-guarani do vasto tronco tupi abrange várias outras línguas mais afastadas, como, por exemplo, o *mundurucu* ou *maué*, destacada pela notável extensão territorial sobre a qual estão distribuídas suas línguas. A língua geral do Norte foi a conhecida como **nheengatu** (Couto de Magalhães batizou com esse nome a língua geral para distingui-la do guarani e para se referir à língua da Amazônia) e a do sul, que serviu de veículo escrito para a literatura jesuítica da catequese, foi o **abannheenga**.

Além de ser denominada **nheengatu** “a boa língua”, ela foi usada de uma maneira geral no Brasil desde os séculos passados. A língua do Sul deve ter desaparecido no decorrer do século XVIII. Quanto ao Norte resistira na região amazônica. No início da conquista, os portugueses estiveram em contato com os índios Tupinambás, Tupiniquins, Tupinaés ou Carijós, todos eles falando dialetos de uma mesma língua ou línguas bem próximas. A língua dos índios Tupinambás, que no século XVI era falada numa extensa região (ao longo da costa atlântica, do litoral de São Paulo ao litoral do Nordeste) não foi consagrada com a designação de “língua geral” nos dois primeiros séculos da colonização. O nome *Tupinambá*, como designação dessa língua, aparece

tardamente no século XVIII, já com a intenção de distingui-la, enquanto língua dos índios Tupinambás, da língua então corrente da população mestiça. As numerosas tribos Jê só entraram em contato com os portugueses nos fins do século XVII, quando se iniciou a exploração do sertão em busca de ouro e de pedras preciosas.

Segundo Barros (1996) a história com relação à língua geral pode ser dividida em três etapas e em cada uma ela vai adquirir uma denominação diferente. Primeiro, será a chamada **língua do branco**, construída a partir do tupinambá e utilizada como instrumento de ação colonizatória para impor o modo de vida do invasor, seus costumes e religião apropriando-se, assim, do traço cultural do "Outro", neste caso dos habitantes locais, os índios. Mais tarde, no Império, essa língua se transformaria numa **língua brasileira**, retomada pela intelectualidade brasileira e marcada com traços culturais típicos que a distinguem da história e cultura européia. Ela vai se tornar um recurso ideológico que servirá para a construção da identidade brasileira do século XIX. Por último, na terceira etapa temos a **língua de índio** adotada pelo povo baré do Rio Negro nas últimas décadas com o objetivo de reafirmar sua condição étnica, reclamar seus direitos territoriais e culturais específicos numa zona marcada pelo multilingüismo.

A tupinização, além de ser espontânea ou forçada, se tornou legalizada com a Carta Régia de 30 de novembro de 1689. A língua geral era, daí em diante, a língua oficial da Amazônia e devia ser ensinada pelos padres até aos próprios filhos dos colonos portugueses. Naquela época, a língua geral era quase a língua do Brasil. Justamente a expansão dela será o motivo principal da sua queda, pois segundo o Prof. José R. Bessa Freire *o sucesso dela foi tão grande que ultrapassou os limites admissíveis pela coroa portuguesa, porque começou a afetar a função da própria língua portuguesa, ameaçando o seu destino na região.*

Já o nome **tupi** se torna usual somente no século XIX, quando tinha desaparecido a grande maioria dos índios Tupinambás, restando poucos remanescentes, como os Tupinikins do Espírito Santo. De uma maneira quase natural o tupi, foi escolhida pelos missionários como língua de catequese. Os padres jesuítas decidiram unificar todos os dialetos e todas as línguas tupi, numa língua única e introduzir nela todos os assuntos novos, desconhecidos dos índios, em relação à tarefa da catequese ou da colonização. Esse foi o estilo adotado pelas missões jesuítas nas colônias espanholas e portuguesas, a institucionalização de uma língua indígena como língua de contato. Era preciso, para a convenção, reduzir a diversidade de línguas faladas no Brasil a uma variedade só para poder garantir a catequese. Assim, se desenvolveu uma língua geral de intercurso, que era fundamentalmente o dialeto tupinambá, de um dos grupos mais importantes e mais em contato com os portugueses. Essa língua servira não só para as relações dos missionários com os índios tupi, mas também para os contatos com os índios em geral.

A introdução compacta de palavras foi feita através de empréstimos ao português (L.G. *kuruça* do port. **Cruz**); por criação metafórica (L.G. *kariua ueué* = homem branco voador, quer dizer, **anjo**), ou por desvio do estilo (L.G. *Tupã*, o espírito do mal do Panteão dos Índios, foi desviado do seu sentido antigo; *trovão* para designar o Deus dos cristãos, o vazio, lugar, recebendo a palavra portuguesa **trova**).

As mudanças políticas e econômicas do período pombalino darão um novo rumo à língua geral, o fim da política de institucionalização do tupi com a expulsão dos jesuítas da colônia.

Desta maneira, com a lei de 17 de agosto de 1758, o Marquês de Pombal, ministro do Rei de Portugal, impediu o uso da língua geral, e, no mesmo dia, de todas as línguas indígenas:

...Para desterrar este pernicioso abuso, será um dos principais cuidados dos diretores estabelecer, nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum que os meninos e meninas que pertencem às escolas e todos aqueles índios que forem capazes de instrução

nesta matéria, usem a língua própria das suas nações ou da chamada geral, mas unicamente a portuguesa... (parágrafo No. 6 do Alvará de 1758).

Mas a lei pombalina não foi a única responsável pelo recuo da língua geral, embora a partir daquela época, os colonos portugueses e mais tarde os brasileiros brancos não tenham ensinado mais a língua geral aos seus filhos, impedindo-a, desta forma, de tornar a língua da classe alta. O segundo responsável, pelo menos no alto Amazonas e no Solimões, foi a chegada, a partir de 1870, de milhares de nordestinos que iam na busca da borracha, primeiro, e posteriormente na procura de terras novas e falavam português.

Assim, as influências do português sobre o vocabulário *nheengatu* são muito antigas. Vários casos podem ser registrados:

- Empréstimos (com adaptação total do sistema fonológico do tupi, por exemplo, *páru*, do português *padre*; *marika*, do português *barriga*).
- Empréstimos novos (ainda não transformados), por exemplo, *viagem*, do português, *viagem*; *cidad,e* do português *cidade*.
- Empréstimos novos (em fase de adaptação fonológica), por exemplo, *aufinete*, do português, *alfinete*).
- Existem muitas palavras do português falado no Brasil que são de origem tupi, por exemplo, *abacaxi*, *amoré*, *amendoim*, *ananás*, *arapuá*, *araxá*, *boitatá*, *caipira*, *caju*, *cipó*, *cupim*, *gambá*, *guará*, *guaraí*, *jaçanã*, *jacarandá*, *piracema*, *piranha*, *pitanga*, *tatuí*, *tucano*, etc.
- Neologismos (a criação de palavras novas a partir do recurso do próprio tupi nos tempos antigos, a fim de completar o vocabulário com conceitos novos (*çupapa* em port. *quinta - feira*, do livro de Françoise Grenand & Epaminondas, Henrique Ferreira *Pequeno Dicionário da Língua Geral*, publicado em 1989).

Os empréstimos vocabulares indígenas geralmente se ligavam a coisas, usos e lugares tipicamente nacionais que não possuíam nome no idioma do europeu. Nascentes (1925, p.157-8) afirmava que para as novas realidades da América o colonizador preferiu a adoção da denominação local, recurso mais fácil e natural. Em virtude disso, as línguas indígenas possibilitaram um grande enriquecimento do léxico português que sobrevivera à extinção dos indígenas e de sua cultura.

(...) a expansão do tupi foi decaindo cada vez mais e o índio hoje, com a incorporação à civilização, caminha para o extermínio. Mas a sua influência aí está nos nomes da nossa fauna, da nossa flora, na toponímia e até em imagens que pitorescamente enriquecem os nossos meios de expressão... (Nascentes, 1925, p.160).

Em todo o período colonial o Brasil permanece como país essencialmente rural. O Brasil não possui tipografia nem universidades pelo qual os jovens brasileiros formavam-se em Coimbra. Daí a diferença fundamental que distingue a América portuguesa da América espanhola, pois os espanhóis fundaram universidades em vários países de América Latina. Nessa altura a situação lingüística nesse período é bastante interessante, pois os colonos de origem portuguesa falam o português europeu, que aos poucos vai ter traços específicos que se acentuam no decorrer do tempo.

- **A influência das línguas indígenas no espanhol da América**



Durante o século XIX, intensificou-se na América a consciência da diferenciação lingüística entre alguns grupos sociais e intelectuais. A preocupação pela compilação das vozes provinciais começou, na verdade, no século XVIII. Justamente, no final desse século, foram-se criando as diferentes academias americanas da língua (em 1823 em Buenos Aires surgiu a proposta de criação da Sociedade Literária de Buenos Aires; em Bogotá, em 1825, surgiu a proposta de criação de uma Academia Americana da Língua destinada à conservação e desenvolvimento do castelhano na América. Ela estaria formada pelos mais destacados representantes das letras das novas repúblicas fundadas no nosso continente), correspondentes da Real Academia Espanhola, o que significou o reconhecimento, por um lado, de uma identidade lingüística representada pelas novas nações surgidas das guerras de independência e, por outro, a unidade fundamental da língua e a necessidade de esforços normativos comuns. A fundação das academias americanas possibilitou a participação (embora polêmica e com algumas dificuldades) americana na codificação e elaboração normativa do espanhol, especialmente associada aos reconhecidos lingüistas e filólogos americanos Andrés Bello e Rufino José Cuervo.

A Gramática de Bello com a descrição do espanhol de América transcendeu o âmbito cultural hispânico. Na opinião de Sarmiento (1842, 1843) *Bello pertencia a uma geração que tentou cortar o vínculo político que unia América com Espanha. Ele foi um literato formado na Espanha, que a conheceu e manteve contato com ela mesmo de maneira hostil. Ele tornou-se, em matéria de língua, um ponto de transição entre a Península e América.* Cuervo dedicou-se ao estudo do espanhol de América, assim como ao registro, compilação e crítica das diferenças idiomáticas, trazendo à tona problemas conceituais com relação à variedade do espanhol, registros da fala e normatividade lingüística.

Contudo, é preciso salientar que o processo de incorporação do espanhol americano à codificação do espanhol da Península depende não só da atitude mais ou menos receptiva da Real Academia que continua sendo a instância normativa mais forte da Língua espanhola, mas também da própria capacidade de Hispano-américa de refletir sobre a sua realidade lingüística através da sua produção discursiva que inclui a produção metalingüística, não científica (idiomática) e a científica.

Voltando à dicotomia *Espanhol da América versus Espanhol da Espanha* observamos que não há um sentido geográfico trivial ou uma justificativa geográfico-lingüística, mas mesmo assim deve-se considerar o fato de o espanhol ter se desenvolvido em dois espaços e momentos (épocas) diferentes da sua evolução histórica em espaços nacionais. O que seria válido para o conceito

*Espanhol da América, Espanhol de Espanha* também seria válido para o *Espanhol do México, o Espanhol de Cuba, etc.*, que estão dentro do conceito macronacional do *Espanhol da América*. Cada um deles representa uma entidade histórica, portanto são válidas as observações acerca do vário e o unitário na língua espanhola. Não há dúvidas, que a maior parte das diferenças observáveis são, sobretudo, na fonética e no léxico. Na fonética, por exemplo, se observa que no Paraguai a articulação nasal e o vocalismo lembram o guarani. No México, em algumas regiões se caracterizam por um sistema consonântico que não se explica pelas tendências espanholas. Rosenblat (1967) acredita que são três os fonemas de origem indígena que ingressaram no espanhol da América: o *š* (*fricativa nasal surda*); o *ts* (*africada ápicodental surda*) e a *tl* (*africada lateral surda*). O *š* se dá em vozes de origem nahuatl, maia, quétchua e aimará. Kany (1969) destaca na parte morfossintática, a tendência marcante na América de diferenciar os nomes, substantivos e adjetivos pelo gênero (por exemplo, o uso dos substantivos **presidenta, sirvienta**, etc.); a pluralização de expressões tais como *que horas são?*; *los otros días*, comparadas com as formas peninsulares; *que hora es?*; *el otro día*, etc. (pp. 29-31) e a preferência pela utilização do pretérito indefinido substituindo o pretérito perfeito, dentre outros.

No nível lexical, o espanhol americano se enriqueceu com uma extensa lista de indoamericanismos que lhe deu o caráter e validade regional, pois era uma possibilidade de adaptar esse instrumento de comunicação europeu às novas necessidades de intercâmbio de informação e manifestação dos grupos que se formaram a partir da mestiçagem biológica e cultural em Hispano-América.

Com relação às línguas indígenas somente influenciaram no espanhol e no português, principalmente no nível lexical. Os conquistadores, assim como os índios que povoavam as terras conquistadas tinham a necessidade de se comunicar. Assim, vocábulos espanhóis e portugueses aos poucos se naturalizaram nas línguas autóctones e vice-versa. No Diário de Colombo aparece mais de uma dúzia de vocábulos indígenas: *canoa, hamaca, cacique, ají*, etc. Alvar (1972) inclui também *bohío, tiburón, areyto, batata, guanábana, iguana, yuca, mamey, maíz e manatí*. O “*Dicionário geográfico-histórico das índias ocidentais o América*” (1786-1789) de Antonio de Alcedo é o que melhor reflete o processo de incorporação dos indigenismos (400 em total). Buesa (1957) inclui os seguintes vocábulos: **arahuacos** (*canoa, iguana, guacamayo*); **arahuacos-taínos**: *huracán, sábana, hamaca, enaguas, cacique, carey, yuca, maíz, caoba, ceiba*; **caribes**; *tiburón, papaya*; **náhuatl**: *jícara, tequila, coyote, cacao chocolate, aguacate*; **mayas**: *huracán, henequén; tupi-guaraní; maraca, gaúcho, jaguar*. O *Diccionario geográfico-histórico de las Indias Occidentales o América* (1786-1789) de Antonio de Alcedo inclui aproximadamente 400 vocábulos de origem indígena. Em 1836 foi publicada a obra lexicográfica de Esteban Pichardo intitulada “*Diccionario Provincial de vocês cubanas*”, a primeira de uma série de obras regionais que proliferaram em toda América. Assim, podemos dizer que os indigenismos se misturaram com o espanhol geral e entraram no espanhol falado na América e fazem parte das literaturas regionais. Mas os dicionários de americanismos não podem ser considerados como fiel reflexo do estado atual do léxico em determinadas zonas do continente. No México, por exemplo, em 1969 um grupo de pesquisadores coordenados por Lope Blanch fez um estudo sobre a efetiva vitalidade dos indigenismos no espanhol falado na cidade do México. Os resultados mostraram que de um corpus de 4 600 000 vozes, 21 938 eram de origem indígena. Ao determinar a vitalidade do léxico indígena se classificaram as vozes em seis grupos: a) os de conhecimento geral (95 vocábulos correspondentes a 74 lexemas); b) os de conhecimento quase geral (61 vocábulos correspondentes a 47 lexemas); c) de conhecimento médio (62 correspondentes a 47 lexemas); d) pouco conhecidos (27 vocábulos correspondentes a 18 lexemas); e) vozes muito pouco conhecidas (38 correspondentes a 31 lexema); f) praticamente desconhecidos (3).

Na tentativa de adaptar o espanhol ibérico ao contexto americano, muitas palavras vão adquirir novas acepções como uma forma de acomodar a língua ao uso que as condições exigiam.

Por essa razão, Cowles (1962, p. 221) aponta que o fator intrínseco mais interessante que determina o caráter do espanhol americano é o semântico. Existem muitos trabalhos que tratam sobre essa questão, dentre eles os de Malaret (1943), Selva (1940) Kany (1969).

Especialistas de renome, dentre eles Amado Alonso (1967, p12) destacam a renovação permanente da contribuição lingüística peninsular na América. O autor assevera:

...A base do espanhol americano é a forma americana que adquiriu naturalmente o idioma falado pelos espanhóis do século XVI, os de 1500 e os de 1600, e alguns decênios do XVII (...). Não perduram na América, e muito menos são a sua base, nem a pronúncia do século XV (mudada no século XVI), nem as formas verbais, nem as palavras, nem as formas sintáticas que na Espanha ficaram obsoletas no século XVI, menos ainda constituem a base lingüística no continente (pág. 12)...

Alonso acredita que a mudança ou permanência das formas lingüísticas não é resultado de um processo natural e sim de escolhas dos falantes, que determinam diferenças de grau, nunca de essência, explicitando preferências e gostos coletivos (pág. 32) O autor conclui que a base lingüística do espanhol da América é o nivelamento realizado pelos expedicionários durante o século XVI, determinando assim o início do espanhol americano (com claro predomínio do castelhano) na medida em que nele coincidiam todos os regionalismos chegados à América e também pela idéia generalizada na sociedade, com relação à conveniência de todos compartilharem a mesma língua (pág. 46). Pode ter até certa lógica que a necessidade experimentada pelos habitantes da península tenha se deslocado com eles e acabasse sendo também o sentimento dos povoadores americanos, que posteriormente imprimiram à língua características próprias da vida cotidiana no novo continente.

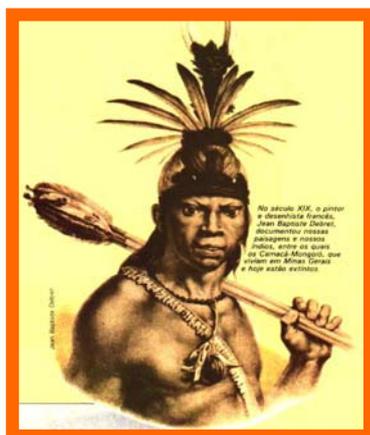
Uma língua representa um saber historicamente constituído num determinado grupo, vai se gerando e evoluindo em cada indivíduo componente desse grupo a partir de uma atividade que por sua vez permite estabelecer outra atividade, a comunicação através da fala. Esse falar se caracteriza fundamentalmente pelo fato de estar submetido às múltiplas variações que encontraremos na fala de indivíduos diversos, separados talvez pelo próprio tempo, espaço, pelo nível que ocupam na sociedade e pela própria fala deles. Portanto, cada ato de fala é uma ocorrência concreta e particular ligada ao aqui e agora. Então, a variação de fala está motivada por fatores intrínsecos e extrínsecos.

Dentre os valores intrínsecos temos os de nível fonético, os condicionamentos fisiológicos, etc. No nível semântico, teríamos a maneira com que os falantes interiorizam a sua experiência e o conhecimento sobre o mundo que os rodeia, associando-o aos signos da sua língua, como consequência dos diferentes estímulos da realidade material e espiritual. Os valores extrínsecos estão relacionados principalmente aos contatos dos indivíduos com outras comunidades lingüísticas provocando algumas interferências de diferentes tipos. A variação na fala do indivíduo é importante na hora de avaliar a sua idiosincrasia idiomática. Para o conceito de língua como realidade social e coletiva nos interessa a variação regular e constante dentro de uma comunidade lingüística que permita reconhecer as diferentes variedades que ocorrem dentro de uma mesma língua que podem ser geográficas, sociais e históricas.

É importante ressaltar que ao padre Ramón Breton deve-se o fato de poder estudar a língua caribe, ao dominico Santo Tomás e ao jesuíta Gonzáles Holguin, a língua quetzhua do Peru, aos manuscritos dos missionários de Bogotá, a língua chibcha, ao jesuíta Bertonio os estudos sobre o aimara, aos missionários Veja Valdivia, Santiestéban, e ao jesuíta Andrés Febres o araucano do Chile. Aos padres Anchieta, Figueira e ao limenho Ruiz de Montoya, o tupi-guarani. Aos

missionários da Guiana francesa, o galibi, aos franciscanos e jesuítas do México, a conservação do idioma asteco ou náhuatl.

- **A influência do Tupi e de outras línguas indígenas no português do Brasil**



Rodrigues (1999) calcula que nos primeiros anos de colonização um número de cerca de 6.000 000 índios falavam mais de 1.000 línguas indígenas. Até o século XVII na costa brasileira a língua portuguesa teve um forte rival, o tupi, a língua nativa das comunidades autóctones. Foi a língua predominante nos dois primeiros séculos da colonização sendo referida por viajantes e missionários como: “língua dos índios”, “língua brasílica”, “língua da terra”, “língua do Brasil”, falada não só por índios, mas também por portugueses e seus descendentes, negros e colonos em geral. Assim, tornou-se a língua geral de uma extensão territorial que abrangia de São Paulo ao Maranhão.

A língua geral (a expressão “língua geral” foi inicialmente usada pelos portugueses e pelos espanhóis, para qualificar as línguas indígenas de grande difusão na área) pertencente à família lingüística tupi-guarani do vasto tronco tupi abrange várias outras línguas mais afastadas como o *mundurucu* ou *maué* destacado pela notável extensão territorial sobre a qual estão distribuídas suas línguas. A língua geral do Norte foi a conhecida como **nheengatu** (Couto de Magalhães batizou com esse nome a língua geral para distingui-la do guarani e para se referir à língua da Amazônia) e a do sul que serviu de veículo escrito para a literatura jesuítica da catequese foi o **abannheenga**.

Conforme Rodrigues (1988), A língua tradicionalmente mais conhecida dos brasileiros é justamente o Tupinambá, predominante nos contatos entre portugueses e índios nos séculos XVI e XVII e tornou-se a língua da expansão bandeirante no sul e da ocupação da Amazônia no norte. Segundo o autor, a prolongada convivência do Tupinambá com o Português fez com que um número considerável de palavras daquele fosse incorporado no Português.

Além de ser denominada **nheengatu** “a boa língua”, ela foi usada de uma maneira geral no Brasil desde séculos passados. A língua do Sul deve ter desaparecido no decorrer do século XVIII. Quanto ao Norte resistira na região amazônica. No início da conquista, os portugueses estiveram em contato com os índios Tupinambás, Tupiniquins, Tupinaés ou Carijós, todos falando dialetos de uma mesma língua ou línguas bem próximas. A língua dos índios Tupinambá, que no século XVI era falada sobre enorme extensão ao longo da costa atlântica (do litoral de São Paulo ao litoral do Nordeste) não tinha consagrado a designação de “língua geral” nos dois primeiros séculos da colonização. O nome *Tupinambá*, como designação dessa língua, aparece tardiamente no século

XVIII, já com a intenção de distingui-la, enquanto língua dos índios Tupinambá, da língua então corrente da população mestiça. As numerosas tribos Jê entraram só em contato com os portugueses nos fins do século XVII, quando se iniciou a exploração do sertão em busca de ouro e pedras preciosas.

Segundo Barros (1996) a história com relação à língua geral pode ser dividida em três etapas e em cada uma ela vai adquirir uma denominação diferente. Primeiro, será a chamada **língua do branco**, construída a partir do tupinambá e utilizada como instrumento de ação colonizatória para impor o modo de vida do invasor, seus costumes e religião apropriando-se, assim, do traço cultural do "Outro", neste caso dos habitantes locais, os índios. Mais tarde, no Império, essa língua se transformaria numa **língua brasileira**, retomada pela intelectualidade brasileira e marcada com traços culturais típicos que a distinguem da história e cultura européia. Ela vai se tornar um recurso ideológico que servirá para a construção da identidade brasileira do século XIX. Por último, na terceira etapa temos a **língua de índio** adotada pelo povo baré do Rio Negro nas últimas décadas com o objetivo de reafirmar sua condição étnica, reclamar seus direitos territoriais e culturais específicos numa zona marcada pelo multilingüismo.

A tupinização, além de ser espontânea ou forçada, se tornou legalizada com a Carta Régia de 30 de novembro de 1689: A língua geral era, dali em diante, a língua oficial da Amazônia e devia ser ensinada pelos padres até aos próprios filhos dos colonos portugueses. Naquela época, a língua geral era quase a língua do Brasil. Justamente a expansão dela será o motivo principal da sua queda, pois segundo o Prof. José R. Bessa Freire (apud Barros 1996) *o sucesso dela foi tão grande que ultrapassou os limites admissíveis pela coroa portuguesa, porque começou a afetar a função da própria língua portuguesa, ameaçando o seu destino na região.*

Já o nome **tupi** se torna usual somente no século XIX, quando tinha desaparecido a grande maioria dos índios Tupinambá, restando poucos remanescentes, como os Tupinikin do Espírito Santo. De uma maneira quase natural, o tupi foi escolhido pelos missionários como língua de catequese. Os padres decidiram unificar todos os dialetos e todas as línguas tupi, numa língua única e introduzir nela todos os assuntos novos, desconhecidos dos índios, em relação à tarefa da catequese ou da colonização. Esse foi o estilo adotado pelas missões jesuítas nas colônias espanholas e portuguesas, a institucionalização de uma língua indígena como língua de contato. Era preciso, para a convenção, reduzir a diversidade de línguas faladas no Brasil a uma variedade só para garantir a catequese. Assim, se desenvolveu uma língua geral de intercurso, que era fundamentalmente o dialeto tupinambá, de um dos grupos mais importantes e mais em contato com os portugueses. Essa língua servira não só para as relações dos missionários com os índios tupi, mas também para os contatos com os índios em geral.



A mistura da fala dos portugueses (os jesuítas) com a dos índios deu origem a algumas palavras que existem até hoje no português como, por exemplo, *cupim*, *mingau*, *moqueca*, *abacaxi*,

*mandioca, jacarandá, cipó, pitanga, maracujá, caju, capivara, tatu, piranha, pitanga, caju, jabuticaba, arara, jacaré, etc.* O tupi legou ainda palavras que entraram nas expressões idiomáticas que com frequência usamos no dia-a-dia, por exemplo, *andar na pindaíba, estar de tocaia, chorar pitangas.*

A introdução compacta de vocábulos das línguas indígenas foi feita através de empréstimos ao português (L.G. *kuruça* do port. **Cruz**); por criação metafórica (L.G. *kariua ueué* = homem branco voador, quer dizer, **anjo**), ou por desvio do estilo (L.G. *Tupã*, o espírito do mal do Panteão dos Índios, foi desviado do seu sentido antigo, *trovão* para designar o Deus dos cristãos, o vazio, lugar, recebeu a palavra portuguesa **trova**).

As políticas colonizadoras e civilizatórias resultaram no desaparecimento de aproximadamente 85% das línguas indígenas. Na primeira metade do século XX já se registrava uma perda de 29% delas. As línguas indígenas que desapareceram foram, principalmente, aquelas praticadas em áreas em que o processo colonizador foi mais longo e intenso: região sudeste e maior parte das regiões Nordeste e Sul, especialmente a região litorânea.

As mudanças políticas e econômicas do período pombalino darão um novo rumo à língua geral, o fim da política de institucionalização do tupi com a expulsão dos jesuítas da colônia.

Desta maneira, com a lei de 17 de agosto de 1758, o Marquês de Pombal, ministro do Rei de Portugal, impediu o uso da língua geral, difundida fortemente até o século XVIII e, no mesmo dia, de todas as línguas indígenas faladas no país:

...Para desterrar este pernicioso abuso, será um dos principais cuidados dos diretores estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo por modo algum, que os meninos e meninas que pertencem às escolas e todos aqueles índios que forem capazes de instrução nesta matéria, usem a língua própria das suas nações ou da chamada geral, mas unicamente a portuguesa. (parágrafo No.6 do Alvará de 1758)...

Mas a lei pombalina não foi a única responsável do recuo da língua geral, embora naquela época os colonos portugueses e mais tarde, os brasileiros brancos não tenham ensinado mais a língua geral aos seus filhos, impedindo-a, desta forma, tornar-se a língua da classe alta. O segundo responsável, pelo menos no alto Amazonas e no Solimões, foi a chegada, a partir de 1870, de milhares de nordestinos que iam na procura da borracha, primeiro, e posteriormente na procura de terras novas e falavam português.

Assim, as influências do português sobre o vocabulário *nheengatu* são muito antigas. Vários casos podem ser registrados:

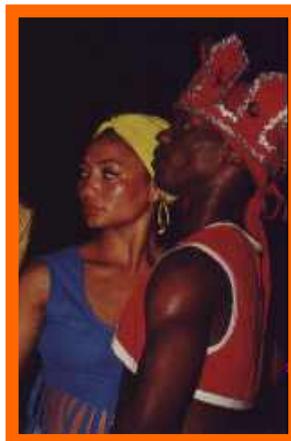
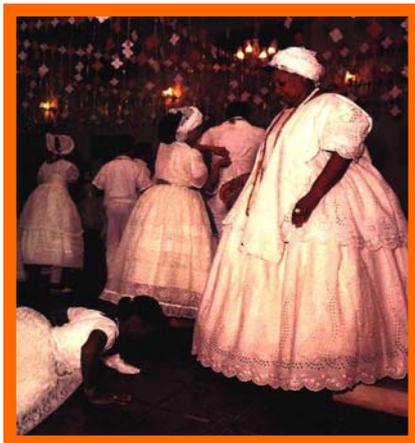
- Empréstimos (com adaptação total do sistema fonológico do tupi, por exemplo, *páru* do português *padre*; *marika* do português *barriga*).
- Empréstimos novos (ainda não transformados), por exemplo, *viagem* do port. *viagem*; *cidade* do português *cidade*
- Empréstimos novos (em fase de adaptação fonológica), por exemplo, *aufinete* do port. *alfinete*).
- Existem muitas palavras do português falado no Brasil que são de origem tupi, por exemplo, *abacaxi, amoré, amendoim, ananás, arapuá, araxá, boitatá, caipira, caju, cipó, cupim, gambá, guará, guarai, jaçanã, jacarandá, piracema, piranha, pitanga, tatuí, tucano, etc.*

- Neologismos (a criação de palavras novas a partir do recurso do próprio tupi nos tempos antigos, a fim de completar o vocabulário com conceitos novos (*çupapa* em port. *quinta-feira*, do livro de Françoise Grenand & Epaminondas, Henrique Ferreira *Pequeno Dicionário da Língua Geral*, publicado em 1989).

É importante destacar a aporte de José de Anchieta que além de compor mais de 4.000 versos em tupinambá, elaborou a primeira descrição gramatical dessa língua, publicada em 1595. Em 1618 publicou-se o “Catecismo na Língua Brasileira”. Em 1621, o padre Luis Figueira publicou uma segunda gramática.

Em todo o período colonial o Brasil permanece como país essencialmente rural. O Brasil não possui tipografia nem universidades pelo qual os jovens brasileiros formavam-se em Coimbra. Daí a diferença fundamental que distingue a América portuguesa da América espanhola. Nessa altura a situação lingüística nesse período é bastante interessante, pois os colonos de origem portuguesa falam o português europeu, que aos poucos vai ter traços específicos que se acentuam no decorrer do tempo.

- **A influência africana no Espanhol e no Português da América**



Na época da descoberta já os espanhóis tinham tido contato com as línguas sub-saharianas, pois os árabes foram os que introduziram os primeiros escravos africanos na Espanha durante o medievo. Mais tarde, o tráfico de escravos continuou por parte dos portugueses a partir do século XIV tornando-os o principal fornecedor do mercado espanhol. Os escravos levados para Portugal eram obrigados a utilizar a língua portuguesa como veículo para se comunicar, pois muitos pertenciam a tribos e grupos etno-lingüísticos diferentes. Daí surgiu a chamada *fala de preto* termo utilizado pelos portugueses pejorativamente para se referir à maneira peculiar dos negros de falar o português. Essa fala de preto foi bem conhecida na Espanha, inclusive em Castela através dos negros escravos importados das zonas portuguesas (Granda, 1969, p. 460). Posteriormente, aconteceria um fenômeno semelhante com o espanhol em boca dos negros. A partir do século XV Espanha entra em comunicação direta com grupos de fala sudanesa e guinense o que provocou a introdução de algumas modalidades, dentre elas, **a confusão consonântica *d/k, d/r, l/r* (*diabro*); aféreses *hermano* (*mano*); *yeismo* (*caballo/cabayo*); *seseo decir/desir*; **omissão do *s* no final das palavras e das sílabas (*podemos/podemo*); **confusão vocálica (*señor/siñor*); **redução de ditongos********

(**diente/dente**); **redução do r no final de sílaba e palavra** (**decir/ deci**); **nasalização** (**sí señor/sinseño**); **nasalização das consoantes palatais ch y ll** (**llámalo/ñamalo**).

Assim, o negro passa a ser um novo componente da sociedade espanhola nos séculos XVI e XVIII sendo representado até em obras teatrais. A “fala do preto”, mais do que os seus costumes e crenças, representa uma forma de caracterização de personagens. Escritores de renome como Góngora, Lope de Vega, Quevedo, dentre outros, caracterizavam a **fala de preto**.

Pelo fato de estarem misturados negros africanos de diferentes etnias falando diferentes línguas, era preciso utilizar obrigatoriamente uma *língua franca*, neste caso o espanhol. Essa língua franca sofreu modificações de caráter fonológico até o ponto de aparecerem diferenças específicas entre o espanhol falado pelos negros boçais (negros oriundos da África) e entre o espanhol dos negros crioulos.

A influência africana no Português do Brasil se deu desde os tempos da escravidão, quando os negros eram obrigados a trabalhar nos engenhos sem qualquer direito a nada, nem mesmo a suas próprias vidas. Um grande número de pessoas viera de vários locais da África, trazendo consigo seu modo de falar e viver, e seus dialetos próprios. Os principais grupos que contribuíram para a língua falada e escrita foram os grupos guineano-sudanês (Guiné e Sudão Ocidental) e banto (África Austral).

Segundo Ismael Lima Coutinho: "*Das línguas por eles faladas deve-se salientar o nagô ou ioruba (grupo sudanês), que teve o seu ponto de irradiação principalmente na Bahia, como atesta o vocabulário regional, e o Quimbundo (grupo banto), em Pernambuco e outros Estados do Norte, no Rio de Janeiro, em São Paulo e Minas Gerais. Esta última, sobretudo, parece ter exercido maior influência no português no Brasil, por causa do número quantitativamente maior de pessoas que a falavam.*"

Como apontamos anteriormente os portugueses também importaram da África mão de obra escrava. Por essa razão, durante o período colonial, as três bases da população brasileira estão constituídas pelo português europeu, pelo índio e pelo negro. No entanto, no que se refere à cultura, prevalece a do português. É necessário distinguir a influência africana no português do Brasil proveniente da contribuição direta ou indireta de línguas africanas ao português europeu, contribuição trazida principalmente para o vocabulário, mercê da presença de negros escravos em Portugal. O negro trouxe também sua contribuição à fraseologia brasileira representada por expressões como *angu de carço, chorar o lamba, banzé-de-cuia, virar ogó*.

Os mais antigos carregamentos vindos diretamente da África talvez datem da metade do século XVI. Se por acaso alguns grupos desembarcaram antes foi pelo fato de alguns escravos negros virem acompanhando seus donos. Os mercados de Lisboa e Lagos tinham abundante quantidade de negros escravos, tanto que italianos e espanhóis iam até lá para adquirir a mão de obra escrava. O tráfico entre as margens brasileira e africana do Atlântico se organizou através de barcos que saíam dos portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro e levavam tabaco, aguardente e outros bens que trocavam por homens e mulheres, meninos e moleques.

É difícil definir quantos negros chegaram ao Brasil. As estimativas variam consideravelmente. As mais fundamentadas apontam para uma quantidade que oscila entre os três milhões e meio e os cinco milhões. Eram de quase toda África principalmente da costa Atlântica. Eram escravos nupês, igalas, gurunsis, fulas, edos e ibos, cabindas, congos, ambundos, teques e bantos. Também houve remessas da Guiné Bissau, Cacheu e outros pontos da costa. Desde o Senegal saíram os mandingas, fulas, sereres, nalus, balantas e os ewes que habitavam a fronteira meridional entre Gana e o Togo. Durante o século XVIII, chegaram carregamentos com escravos da zona de Mina os jejes e iorubas que povoaram posteriormente o recôncavo baiano e a zona de Maranhão ajudando também a extrair ouro e diamantes em Minas Gerais, Goiás e no interior da

Bahia. Do delta do rio Níger saíram os urrobos, efiques, calabares e outros. O país recebeu também os lundas e ovimbundos, estes últimos reconhecidos no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

No caso do Brasil, é bem pouca a informação que existe sobre a situação lingüística dos primeiros africanos que chegaram à terra brasileira, embora se tenham concentrado bem geograficamente. Dentro do quadro da presença afro-negra no Brasil, verifica-se uma predominância das culturas bantas que colaboraram para a formação da cultura brasileira, essencialmente através das suas línguas (Quicongo, Umbundo e o Quimbundo). Segundo Mendonça (1948), o Quimbundo, pelo seu uso mais extenso e mais antigo, exerceu no português uma influência maior do que o nagô pois de fato os termos de origem nagô estão mais restritos à prática e utensílios ligados à tradição dos orixás e à culinária afro-baiana. As línguas bantas influenciaram na fonética, na morfologia e sintaxe da língua portuguesa falada hoje no Brasil, mas é no vocabulário que elas estão, de fato, mais presentes (vide glossário Anexo).

Os falantes da língua banto, por exemplo, povoaram a parte sul e os da região de Ioruba foram para a parte norte. Eles falavam as línguas africanas e, em alguns casos, adquiriram os conhecimentos do português e da língua geral, o tupi. Segundo Rodrigues (1977) no seu livro *Os africanos no Brasil*, existe a hipótese de dois sistemas de língua africana, um de base Ioruba e outro de base Quimbundo distribuídos segundo a concentração geográfica acima mencionada. Esta hipótese, segundo Naro (1993), hoje resulta evidente devido a uma pesquisa realizada recentemente na comunidade do Cafundó no interior do Estado de São Paulo (no Município de Salto Pirapora a trinta quilômetros de Sorocaba) instalada aqui desde antes da abolição da escravatura em 1888 quando os ex-proprietários dessas terras doaram uma parte delas aos seus ex-escravos, ancestrais dos atuais povoadores. Eles falam o português caipira além de uma língua africana usada como código secreto. O fato de serem proprietários das terras em que vivem aliado ao fato de falarem, como eles mesmos dizem, uma língua africana que constitui certamente a causa mais imediata da descoberta do Cafundó.

Descoberto em 1978, o Cafundó chamou a atenção dos pesquisadores pelo fato de seus habitantes serem negros e falarem uma língua africana. Segundo algumas informações (história oral) a comunidade se constituiu logo após a abolição, instalando-se em terras que foram doadas pelos "senhores brancos", por volta de 1888, às duas irmãs, Antônia e Ifigênia, que ao casar-se, deram origem às duas parentelas que compõem o Cafundó: os Pires Cardoso e os Almeida Caetano (vide Vogt & Fry, 1996, pp. 37-38). Os Almeida Caetano "católicos", caracterizados pelos vizinhos da região como "vagabundos", em oposição aos Pires Cardoso, "crentes" e "trabalhadores"-compensam a avaliação negativa pelo uso da língua africana. Esses contrastes, no entanto, diluem-se na luta que une os dois grupos, a antiga reivindicação pelo reconhecimento legal da posse definitiva das terras.

O léxico da **cupópia** (termo pelo qual se identifica a língua que sempre foi falada no Cafundó e que, segundo alguns moradores, teria sido trazida por familiares dos Almeida Caetano) de origem africana tem correspondência em línguas do grupo banto: quimbundo, umbundo e quicongo, principalmente. A língua do Cafundó é utilizada em situações sociais mais ou menos corriqueiras. O recenseamento de 1801 indicava que 87 % dos escravos da região de Sorocaba, onde se situa o Cafundó, era originário de "Argolla", termo que designava os cativos exportados via Luanda, área lingüística do banto (id.,ibid,184).

Mas essa evidência lingüística não permite garantir que os antepassados dos cafundoenses tenham vindo de regiões onde se falavam essas línguas, pois eles podem ter aprendido essa linguagem em postos de embarque ou no Brasil. Talvez essa língua tivesse sido um falar emergente nas senzalas, uma espécie de pidgin, que se tornará língua geral, sem que dela se tivesse, no entanto, outros registros (id.,ibid, 185).

Seus falantes atribuem-lhe a função de código secreto, embora o léxico seja de domínio de muitos vizinhos de Salto de Pirapora e seja conhecido de um público dificilmente mensurável, depois das publicações de Vogt & Fry (1982, 1996). A função social dessa língua, mas do que impossibilitar a compreensão dos que não pertencem ao grupo, é atar laços de solidariedade entre os locutores nativos, que se distinguem como pseudoafricanos e entre esses falantes e moradores das proximidades. Esse convívio garante a circulação do segredo e evita o isolamento do grupo, condição básica para que o sentido do que seria “oculto” e “reservado” para poucos se mantenha em evidência (Taddoni, 1998).

Os iorubas ou nagôs chegaram falando a mesma língua, eles trabalhavam em grupos e, de acordo com a origem, reorganizaram seus cultos e, possivelmente de forma camuflada, sua estrutura de poder. Desta forma, este grupo conseguiu resistir a aculturação absoluta de modo eficiente com relação àqueles que ficaram dispersos trabalhando nas plantações, misturando-se com outros grupos que falavam línguas diferentes, com deuses e costumes também diferentes. Os iorubas, apesar de batizar os filhos na igreja, foram fiéis aos seus deuses orixás. O empenho de manterem-se diferentes no clima hostil do regime escravista e a fidelidade aos seus costumes e religião tradicionais fizeram com que eles vestissem a capital baiana com as roupas coloridas que usavam e que foi se difundindo como um aspecto típico brasileiro. Sobre seus costumes, sua cozinha, o candomblé com as suas obrigações e festas e com seu panteão de orixás falaram escritores, artistas plásticos, músicos, antropólogos e sociólogos. O que fora uma recusa de abrasileirar-se foi se transformando numa ferramenta de abrasileiramento. O que era caracteristicamente ioruba tornou-se primeiramente baiano, difundindo-se por todo o país como uma das mais puras maneiras de ser brasileiro. Dai que Manuel Diégues Júnior afirmara:

...A ioruba, como lembra Artur Ramos, foi a mais adiantada das culturas negras puras, introduzidas no Brasil. O nagô se converteu, por algum tempo, pela influência da cultura ioruba, em língua geral dos negros. Em nagô se realizavam, e se realizam, as cerimônias do culto, os cânticos dos terreiros, os atos litúrgicos. (vide Elia, S.1989, p26)...

O umbundo, quimbanda etc. contribuíram para o enriquecimento da língua brasileira. A capoeira, o berimbau de barriga, a tanga, o batuque e o samba são de origem africana. Assim, muitos traços culturais bantos misturam-se com modos de ser ameríndios e portugueses. A persistência do poder africano (pois não podemos esquecer que muitos escravos de sangue real ou de sangue nobre foram vendidos como escravos) fez com que eles se revelassem nos quilombos e dentro do próprio cativeiro. Aos poucos o africano foi impregnando a cultura que lhe foi imposta. Vários filhos de senhores (donos) com escravas foram enviados a educar em Coimbra e tornaram-se figuras importantes da igreja, da política, magistratura, etc. Outros, embora de pais mais humildes, cresceram com talento e vontade e se impuseram entre os melhores no ensino, na imprensa, na área de letras e nas artes.

Se as línguas indígenas deixaram marcas evidentes no português, especialmente nas denominações relativas a acidentes geográficos (montanhas, rios, baías), cidades, estados, à flora, e à fauna, o negro contribuiu com denominações relativas à culinária, às suas crenças, à música e à farmacologia. O vocabulário herdado dos africanos é bem expressivo: *babalaô*, *iemanjá*, *exu*, *ogum*, *xangô*, *mandinga*, relativos ao culto. As divindades de seus candomblés são conhecidas do público brasileiro: *Olorun*, senhor do céu; *Odudua*, a terra; *Obatalá*, o rei da brancura ou da pureza; *Iemanjá*, orixá das águas; *Xangô*, do trovão; *Ogun*, da guerra; *Olokun*, do mar; *Oyá*, do rio Niger; *Oxum*, do rio Oxum; *Obá*, do rio Obá; *Oxóssi*, dos caçadores; *Oké*, dos mortos; ***Orun*, o sol; *Oxu*, a lua**; estes, porém, não são considerados orixás. Em outros padrões de comportamento, há sinais manifestos dessa influência, seja na vestimenta, na culinária, ou nos instrumentos de dança, como

*atabaques e tambores, o agogô e o adjá.; acarajé, farofa, fubá, quitute, à culinária; os adjetivos, caçula, fula, banguela; os nomes relativos a plantas dendê, quiabo, fumo e inúmeros termos como marimondo, cachimbo, quilombo, senzala, cafundó, marimba, molambo, moleque, etc., e também alguns termos da linguagem infantil: tatá, pipi, bumbum, para citarmos apenas alguns do rico arsenal de vocábulos já conhecidos.*

O negro teve uma importância social na formação histórica do Brasil. Ao africano muito mais que ao índio se deve a tendência de simplificação das flexões e certas deturpações fonéticas extra românicas que se observam na fala popular brasileira, como são: o uso do verbo no infinitivo (*aquí estar juiz no fora = aquí está o juiz de fora*); a dissolução de grupos consonantais *tera* por *terra*, *puruque* por *porque*; apócope do *r* *casá* por *casar*; a redução do *ui* por *u* *muio* em vez de *muio*; a vocalização do do fonema linguopalatal *lh*, por exemplo, *muyere*, por *mulher*; *oyo*, por *olho*; apócope de *s*, *vamo*, *temo*; a interposição de uma vogal para dissolução de grupos consonânticos e que até hoje existe, por exemplo, *adevogado*, *indiguinado*, *abissoluto*, *obiter*, por *advogado*, *indignado*, *absoluto*, *obter*; aféreses como *tá* (por *está*), *ocê* por *você*, *fessô* por *professor*, *Bastião* por *Sebastião*; metátese como *secola* por *escola*, etc. Outro vestígio deixado pelos africanos na morfologia é o prefixo *ca* = pequeno, o qual figura em várias palavras como *camundongo*, *calunga*, *caçula*, *cacimba*, *carimbo*, etc. Assim houve frases como *Os homi tá i; as prima já chegaro (ou já chegô; ele brigô c' os fiyo; esses meninu são endiabrado (ou é endiabrado); são uns diabo os negrinho da cumádi Cândia*, etc. Note-se que o verbo também sofre bastante as conseqüências dessa posição lingüística afro-brasileira.

Dos topônimos quimbundos, por exemplo, uma das séries mais representativas é aquela referente às habitações em geral, a saber: *Cubatão*, de Kubata, provavelmente, casa, choupana; *mocambo*, toca; *quilombo*, povoação fortificada de negros fugidos; *senzala*, no sentido de habitação coletiva de negros; *moleque*, rapazote. Das danças: *samba*, e *marimba* ou *marimbas*, instrumento musical.

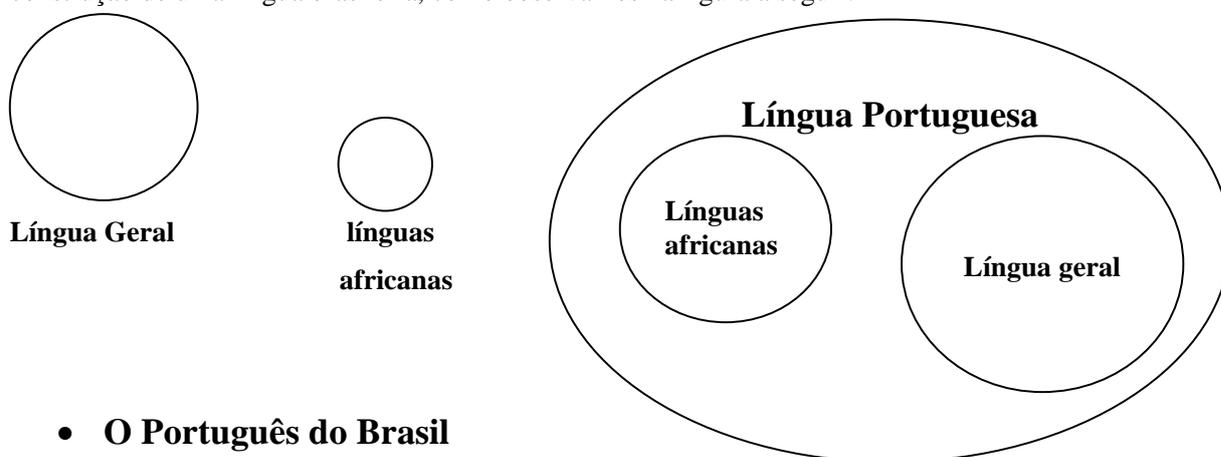
O negro viveu longamente em contato com o branco. Foram as mucamas e as mães pretas que ensinaram a falar milhares de brasileiros e, ainda hoje, as negras e mulatas exercem uma influência considerável de copa e cozinha sobre a curiosidade, o interesse e o instinto de imitação dos menores, as crianças.

As duas obras publicadas em 1933, *A influência africana no português do Brasil e O elemento afro-negro na língua portuguesa*, de Renato Mendonça e Jacques Raimundo, respectivamente, abriram o debate sobre a presença africana no português do Brasil. Elas apresentam um esboço da gramática das línguas africanas em que aparecem alguns aspectos do português do Brasil (doravante PB) que consideram ser de origem africana. Ambas concluem que a maior parte dos aspectos característicos do PB é devido à influência das línguas africanas, principalmente o Quimbundo e o Ioruba. Daí a importância das duas obras inaugurar o debate sobre a relevância de se considerar que a língua brasileira se distingue da portuguesa pela presença do elemento negro. No entanto, ambos os trabalhos apresentam falhas principalmente devido à falta de credibilidade dos dados apresentados.

Uma obra que também analisa a questão dos africanismos é o *Dictionary of African Borrowings in Brazilian Portuguese* de John Schneider publicado em 1991. Para a elaboração do seu dicionário o autor pesquisou o *Novo Dicionário de Aurélio* (1978) no qual se deparou com aproximadamente 1500 termos de possível origem africana. Além disso, realizou algumas viagens a regiões ocupadas por descendentes de escravos entrevistando vários informantes o que levou o pesquisador aumentar o número de termos compilados a partir do dicionário de Aurélio. Entrevistou também escritores e lingüistas acerca da influência negra no português do Brasil. Uma outra fonte em que Schneider localizou alguns africanismos foi nos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *A*

**Folha de São Paulo** observando que as palavras de origem africana aparecem em registros de linguagem informal.

Resumindo, podemos salientar que o componente negro-africano na construção do perfil da cultura nacional e da língua falada no Brasil, é um fato real, embora a postura acadêmica de alguns resista à hipótese da influência de línguas africanas no português do Brasil, a partir do princípio tácito de não admitir que línguas de tradição oral pudessem influir numa língua de reconhecido prestígio literário como o português. Prova dessa resistência é o afastamento de línguas africanas nos departamentos de línguas da maioria dos centros universitários. Praticamente não existem pesquisas sobre esse tema, ao contrário do que se observa no tocante às línguas indígenas que já ganharam foros de língua e até sua inclusão no elenco de cursos e projetos em algumas universidades. É sabido que as línguas indígenas sempre foram faladas no Brasil, mas das línguas africanas pouco se conhece, pois faltam documentos lingüísticos da época da escravidão e os documentos oficiais foram quase destruídos na sua totalidade em 1891. Assim, podemos falar da contribuição das línguas africanas, em colaboração com o tupi e demais línguas indígenas para a construção de uma língua brasileira, como observamos na figura a seguir:



## • O Português do Brasil

Até o final do século XIX, podemos observar que as linhas que delimitarão o debate sobre a língua nacional são:

- em meados do século XIX já estão delineadas duas posições: a) a vigência de uma variante brasileira da língua portuguesa; b) a reverência aos modelos clássicos portugueses e a aceitação da gramática normativa;
- nas pesquisas, predominantemente fonológicas e léxicas, se manteve a atitude de documentar a realidade lingüística brasileira a partir de fatos notórios e de evidências;
- nas pesquisas também se manteve o sentimento nacionalista na abordagem dos fatos. Neste sentido, João Francisco Lisboa desvincula do problema da língua o sentimento nacionalista argumentando que o português diferenciado no Brasil ou o **brasileirismo** é *tão evidente quanto a independência do filho que se assemelha ao pai no físico, na índole e nos hábitos sem que, por isso, deixe de ser outra pessoa*. Esta posição de Lisboa vai fixar a idéia e posição daqueles que defendem a vigência da língua portuguesa no Brasil, sem repúdio das normas gramaticais que, de acordo com o critério do autor, não constituem um compromisso para a autonomia nacional;
- nas pesquisas reivindicou-se um tanto a legitimidade na herança do passado português quinhentista.

Antônio Cândido (1981) afirma que o período do Romantismo no Brasil foi uma premissa do processo de tomada de consciência, constituindo um aspecto importante para o movimento de

independência (p.303). O Romantismo terá sido, então, o primeiro momento de ruptura com a tradição literária portuguesa adotando uma língua literária diferente também chamada de **nacional** que aspira a ser própria, brasileira. Esta questão virará polêmica e será retomada pela geração modernista na Semana de Arte Moderna de 1922. Mesmo que os escritores da linha do Romantismo acreditassem numa chamada língua brasileira, eles só reivindicaram o direito a certa originalidade. Os escritores modernistas serão os que tentarão buscar na realidade lingüística brasileira as formas que constituirão a sua expressão, sobretudo Mário de Andrade (1972) (posição que abandonará posteriormente) quem aponta:

...É coisa incontestável que a literatura brasileira atual se afasta violentamente do dizer português. Não vou já discutir o problema da língua brasileira, que, a meu ver não existe, embora seja da maior verdade falarmos, de preferência, em língua nacional...

A substituição de **brasileira** pelo termo **nacional**, adjetivo mais neutro, nos parece uma situação cômoda do autor para tentar acalmar os zelos nacionalistas. Por outro lado, não se sabe de que lado ele está, se defende a variante de uma língua brasileira ou se está do lado dos defensores da variante conservadora.

A partir de Antenor Nascentes e os seus seguidores (Serafim da Silva Neto, Rossi, dentre outros) começa uma nova cruzada dialetológica, orientada para as variantes espaciais do português brasileiro que posteriormente será analisada e pesquisada pelos sócio-lingüistas Tarallo (1992), Naro (1993), dentre outros, os quais investiram na interpretação diacrônica do português brasileiro.

Sem dúvidas, foi Serafim da Silva Neto, grande estudioso da língua portuguesa, quem procurou as fontes sócio-históricas para poder reconstruir em sua obra *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa do Brasil* (1976) o percurso histórico dessa língua no Brasil embora o faça sem sistematicidade e com uma visão simplificadora. Além de não fundamentar as suas conclusões numa base de verificação empírica sistemática, não mobiliza na sua análise elementos de uma teoria geral do sistema lingüístico, que naquela época já tinha sido desenvolvida, embora com pouquíssima difusão no Brasil.

Silva Neto tem a intenção de provar que a língua que se estabeleceu no Brasil foi a língua de uma cultura superior e, principalmente, que essa língua esteve imune à aquelas com as que entrou em contato, mantendo-se assim conservadora e unitária. É, portanto, seu intuito negar, para além das fronteiras do léxico, qualquer influência do grande contingente de aloglotas na formação da língua falada no Brasil, inclusive chega a ter contradições, como mostra a passagem a seguir:

...(...) no português brasileiro não há, positivamente, influência de línguas africanas ou ameríndias (Silva Neto 1976, p. 96)...

O ilustre filólogo trata ainda do processo de aculturação da língua portuguesa no Brasil, da influência da língua geral, do acantoamento do dialeto caipira em pequenas localidades dando ao leitor uma visão da diferenciação e unificação do português do Brasil. O autor apresenta três fases da história da língua portuguesa no Brasil; a primeira de 1532 a 1654; a segunda de 1654 a 1808 e a terceira de 1808 até hoje. No seu livro publicado em 1960, intitulado "*Problemas do Português da América*", Serafim da Silva aponta para a posição do português do Brasil, para os fatores de diferenciação e para a divisão lingüística do Brasil. Do mesmo modo, enumera as tarefas necessárias para o melhor conhecimento do português brasileiro através dos estudos dos diferentes falares (urbano, do interior, etc), para o levantamento de vocábulos de origem indígena, o

estabelecimento da base de articulação de cada falar e a necessidade de uma ligação entre os lingüistas e os antropólogos para analisar juntos as características da língua portuguesa do Brasil.

Celso Cunha fundamentalmente preocupado com a língua enquanto fenômeno histórico se debruça sobre a tese da unidade e do conservadorismo do português brasileiro. No artigo intitulado “*Conservação e inovação no português do Brasil*” (1986), o autor analisa a tese de 1950, sobretudo o relativo ao suposto caráter conservador do português do Brasil. No entanto, as suas conclusões divergem das de Silva Neto.

Sobre o problema da unidade o autor afirma:

*...O mito da unidade da língua popular está sendo progressivamente desmentido pelos atlas lingüísticos que se vão publicando. Ao contrário, o que eles começam a nos ensinar é que a característica fundamental dos falares brasileiros reside no seu caráter vacilante, no seu acentuado polimorfismo (Cunha 1986, p. 200)...*

A posição de Cunha é cautelosa. Uma questão parece saltar aos olhos: como sustentar que uma realidade lingüística como a brasileira, marcada pela diversidade não apenas no plano diatópico, mas também e talvez mais radicalmente, no diastrático, conforme a sociolingüística tem podido provar ser, ao mesmo tempo, conservadora? Não se pode alegar em defesa de tal idéia o fato de o Brasil ter sido durante três séculos um vasto país rural e dessa condição resultar ser um país lingüisticamente conservador. Evidentemente, as condições sociais, históricas e geográficas particulares do Brasil devem ser consideradas em toda a sua complexidade na hora de analisar o problema. A extensão do país, o seu número de habitantes (no século XIX o número já é mais do que o dobro, que o de Portugal), o contato lingüístico que se observou durante o período colonial e pós-colonial, o fato de que a própria vida das cidades tinha um caráter bastante particular (até 1808 não havia imprensa nem escolas superiores), tudo isso faz pensar que o quadro seja pouco favorável ao conservadorismo lingüístico.

A posição de Câmara Júnior (1976) nos parece um pouco neutra sem deixar de ser objetiva quando expressa:

*...Como quer que seja, as discrepâncias de língua padrão entre Brasil e Portugal não devem ser explicadas por um suposto substrato tupi ou por uma suposta profunda influência africana, como se tem feito às vezes. Resultam, essencialmente, de se achar a língua em dois territórios nacionais distintos e separados...*

E acrescenta:

*...A partir do período clássico, em que o português se implantou no Brasil, cada país teve a sua evolução lingüística, nem sempre coincidente uma com a outra apesar das estreitas relações de vida social e cultural (...)*

A preocupação lingüística do autor é evidente, inclusive porque analisa a evolução natural para um e outro sistema, em territórios geográficos distintos e isso já é um mérito. Contudo, nós achamos que não é simplesmente um suposto substrato tupi nem uma suposta influência africana de onde partem as premissas para falar de uma língua nacional brasileira, pois é um fato real que o tupi durante muito tempo se manteve ao lado do português e esse fato levou a uma situação de bilingüismo, sendo num grau muito menor o que aconteceu com as línguas africanas. Até hoje, se conservam no português, sobretudo no campo lexical, as palavras e expressões que provêm dessas línguas que, de alguma forma, estabeleceram certas diferenças entre o português europeu e o português falado no Brasil.

Em 1965, Câmara publica o livro *Línguas Europeias de ultramar: o português do Brasil* onde faz algumas observações sobre os empréstimos lexicais indígenas e africanos que entraram no português do Brasil e que se adaptaram à fonologia e à gramática portuguesa. O autor faz um estudo das modalidades lingüísticas do Brasil e de Portugal: 1) colocação diversa de advérbios e pronomes átonos; 2) substituição espontânea no Brasil de *haver* por *ter*; 3) emprego do *ele* tanto para sujeito como para objeto; 4) ressemantização de vocábulos portugueses; 5) forma impessoal do verbo com a partícula *se* em significação passiva, etc.; 6) substituição de *consigo* por *comigo*; substituição de *tu* por *você*.

Ribeiro João (1933), ao contrário de Câmara, afirma com veemência:

...Parece todavia incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos, e que a personalidade de americanos pague tributo à submissão das palavras (...) A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenças regionais reclamam estilo e método diversos (...).

...Os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dita...

Nota-se aqui um nacionalismo exacerbado e uma posição apaixonada. No entanto, é válida a opinião do autor do ponto de vista da defesa da língua brasileira. Ribeiro estabelece um paralelo entre a independência do povo brasileiro e a independência, portanto, da língua. Com firmeza absoluta acrescenta esta idéia glorificando a língua brasileira:

...Não podemos, sem mentira e sem mutilação pernicioso, sacrificar a consciência das nossas próprias expressões...

Em 1940 Silvio Elia no seu livro *O problema da língua brasileira* rejeita a tese da língua brasileira por conceber que o que a sustenta é uma concepção evolucionista, segundo a qual, sendo as línguas produtos naturais, evoluiriam por si mesmas. Defende, então, a idéia de que as línguas são produtos culturais e conclui a sua tese pela unidade lingüística entre Brasil e Portugal, que só não se justificaria, caso se pudesse postular uma diversidade cultural que impedisse o Brasil de se integrar à tradição da civilização do Ocidente. O ponto de vista de Elia e a sua justificativa para a unidade lingüística entre o Brasil e Portugal é um tanto falaciosa. Com relação a sua concepção de língua como produto cultural, podemos pensar que representa um avanço se a compararmos com as idéias que nortearam o pensamento dos neogramáticos quando afirmavam a inexorabilidade das leis

fonéticas, pois tinham se estendido para o domínio lingüístico, métodos e procedimentos próprios das ciências naturais.

Em 1952, numa entrevista realizada a Souza Silveira, também foi abordado o tema da existência de uma língua brasileira e a questão da comparação entre o processo da formação românica e da formação da língua brasileira. Neste sentido, Silveira apontava que não existe uma língua brasileira e sim uma modalidade. O autor evita usar a palavra dialeto, inclusive atribui a cada um dos lados a sua individualidade o que o isenta das críticas tanto do lado brasileiro quanto do lusitano. Sobre a segunda questão Silveira afirma:

...Não se pode comparar o processo de diferenciação do latim vulgar em línguas românicas como o de evolução da língua portuguesa no Brasil. Estamos diante de fenômenos diferentes. O que se aconteceu com as línguas românicas foi o seguinte: desaparecido o poder central do Império Romano de Ocidente, o latim vulgar dos territórios romanizados ficou sem o freio da antiga unidade e as forças diferenciadas puderam, então, atuar livremente(...). O caso do Brasil é outro: desde os nossos primeiros tempos, a língua portuguesa aqui se ensinava e se escrevia no século XVII o Padre Vieira pregava e escrevia, entre nós, sermões numa prosa das mais vigorosas e vernáculas...

Houaiss (1985) retoma o tema com uma nova orientação, enquadrando o português do Brasil no contexto multilingüe e multidialetal, desde as suas origens. Tentando explicar como se deve enfrentar a questão sincrônica e diacrônica do português brasileiro, o autor expressa:

...Não preenchemos ainda os requisitos da pesquisa e conhecimento com que se possa elaborar uma história da língua portuguesa no Brasil na dupla fase com que se costuma fazer tal história: a externa, em que se articulam fatos de ocupação territorial, fatos das sucessivas distribuições demográfico lingüísticas dos ocupantes e fatos das prevalências e desaparecimentos das línguas; e a interna, em que tomando o fenômeno lingüístico do português para cá trazido, se examina a evolução que cada componente e cada estrutura aqui teve, de modo que haja uma “explicação” mais ou menos segura das causas das diversidades horizontais e verticais aqui havidas (pp. 31 32)...

E mais adiante aponta:

...Teremos de penetrar fundo nas modalidades orais e escritas do português do Brasil por uma conjugação de métodos que supõe quatro vias pelo menos: 1) a do levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos lingüísticos havidos a partir (e mesmo antes para os indígenas e negros) dos inícios da colonização, levantamentos já em curso assistemático desde os historiadores dos meados do século XIX para cá; 2) o mapeamento confiável da dialetologia brasileira; 3) o incremento da dialetologia vertical em tantos quantos possíveis grandes centros e focos rurais antigos a fim de se poder ver a interinfluência entre o rural e o urbano na transmissão adquirida e induzida; 4) a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias, não numa leitura estética, mas essencialmente lingüística ( pp.127 128)...

A segunda e terceira vias que coloca o autor estão sendo cumpridas, ao contrário da primeira e quarta que precisam ainda de uma investigação mais aprofundada.

Na *Folha de São Paulo* com data 18 de novembro de 1982 aparece um pequeno artigo escrito por Helena da Silveira que aborda o tema da língua brasileira. A autora aponta a influência lingüística das novelas brasileiras sobre o uso do português de além-mar quando declara:

...Em minhas estadas em Portugal li nos jornais polêmicas entre adeptos e contrários à influência da fala brasileira, através das novelas da rede Globo (...). É lindo, eu acho, este refluxo da língua para a Mãe Pátria. Ela chega lá, modificada por nossas vivências, nossas peculiaridades. E, como muitos jornalistas portugueses, penso que nossa novelística televisiva é elemento de enriquecer, não de se conspurcar o idioma...

Dos trabalhos dos lingüistas brasileiros contemporâneos destaca-se a posição de Fernando Tarallo por ter retomado a tese novecentista da existência de uma língua brasileira distinta da portuguesa. O autor afirma:

...A variante de língua portuguesa usada no Brasil desenvolveu um número considerável de traços sintáticos diferentemente do sistema europeu. Essas diferenças são suficientemente grandes para permitir uma descrição da variedade brasileira no sentido de uma gramática brasileira (199, p. 02)...

Com uma vertente ainda pouco explorada em pesquisas de natureza essencialmente diacrônica o trabalho de Tarallo situa-se na área da sintaxe e tem procurado aproximar modelos teóricos aparentemente inconciliáveis à sociolingüística e à gramática gerativa. Sem dúvidas, longe da influência do sentimento nacionalista na defesa da tese da língua brasileira, para Tarallo já no século XIX se podia falar da existência de uma gramática brasileira distinta da portuguesa:

...Um novo sistema gramatical chamado de gramática brasileira ou dialeto do Português com sua própria configuração gramatical desde que essa seja estritamente falando uma questão ideológica, emerge no século XIX, estabelecendo um novo padrão bastante diferente e em oposição ao Português europeu (1992: 02)...

O argumento central de Tarallo é que o português do Brasil, ao invés de estar-se aproximando do português europeu, estaria se afastando dele. O autor fundamenta a sua posição em análises das construções relativas e da retenção pronominal nas sentenças encaixadas e matrizes. Destaca-se que, enquanto no português europeu a retenção do pronome *se* é muito baixa na posição de sujeito e muito alta na posição de objeto, a tendência do Brasil seria exatamente a inversa: um incremento do uso do pronome na posição de sujeito e um significativo decréscimo da retenção do pronome na posição de objeto, o que, por sua vez, é acompanhado do uso crescente da forma do nominativo *ele* quando o pronome é realizado nessa posição de complemento verbal.

Todas as línguas românicas, com exceção do francês são línguas de sujeito nulo. O espanhol, por exemplo, aceita o sujeito nulo porque o conteúdo do pronome sujeito, sua especificação de pessoa e número, pode ser recuperado pelos sufixos flexionais do verbo em quase todos os verbos (Roberts, 1996), válido também para o português europeu. No entanto, a ocorrência de sujeitos nulos no português do Brasil, segundo Tarallo caiu, sobretudo, entre 1725 e 1982, o que talvez seja resultado das mudanças de ordem morfológica verbal. Assim, o português do Brasil dependeria inteiramente da concordância verbal para licenciar os sujeitos nulos.

Contudo, o sistema pronominal do português do Brasil se reorganizou de tal maneira que as formas verbais que pertenciam à terceira pessoa do singular agora são usadas para a segunda do singular e, em alguns casos, para a primeira do plural. Isto quer dizer, que se bem estão se perdendo os sujeitos nulos, por outro lado os efeitos colaterais poderão também ser diferentes, como seria o caso das mudanças no sistema pronominal possessivo.

Também é evidente no português do Brasil contemporâneo (o português europeu possui um paradigma de clíticos objeto, sendo o mesmo que no espanhol) a perda do sistema de clíticos de complemento, essencialmente os clíticos da terceira pessoa. Estes são substituídos ou por um pronome potencialmente tônico, ou por um sujeito nulo repetido ou por uma categoria vazia. A perda dos clíticos poderia ser pela interação de propriedades da sua representação fonológica. Desta forma, um traço fonológico único do português pode criar uma situação em que as mudanças sintáticas no movimento do verbo, sujeito nulo e subida do clítico, desestabilizem seriamente o sistema dos clíticos do português do Brasil levando, conseqüentemente, a uma distribuição mais generalizada dos objetos nulos.

Os estudos de Tarallo e dos seus contemporâneos, Naro, Kato sobre o português do Brasil oferecem elementos fundamentais para a compreensão da realidade lingüística brasileira e dos processos de mudança nela em curso. Os caminhos abertos por Tarallo devem ser desenvolvidos principalmente considerando a dimensão sócio-histórica dos fatos estudados, pois o autor se inclina mais para a teoria da gramática. Problemas cruciais da abordagem sociolingüística como, por exemplo o encaixamento da estrutura social, precisam ainda ser estudados.

Assim, as distinções do português europeu e do português do Brasil são diferenças de fundo que evidenciam culturas separadas no limpo e no espaço. Os argumentos que justificam esta posição são de duas ordens: lingüísticos e sócio-culturais, ou seja, para nós existem as variedades do português; a brasileira e a européia.

A língua que os portugueses difundiram com a colonização tinha um sistema de vogais átonas, claramente menos reduzido do que a norma atual do português europeu, portanto mais próxima da norma brasileira em que não existe, além disso, a vogal [θ ] de recente surgimento.

As descrições dos gramáticos quinhentistas e as grafias da época permitem afirmar que o [e] e o [o] pré-tônicos se pronunciavam distintamente tal como acontece hoje na maioria dos dialetos do Brasil e no português falado em países da África. Em conseqüência a pronúncia dos átonos torna-se sensível, a diferença entre o ritmo silábico do português brasileiro em contraste com o

ritmo acentual do português europeu, provavelmente mais distanciado do ritmo do português quinhentista.

Porém, não podemos com isto supor que a pronúncia brasileira se tenha mantido conservadora ou tenha ficado suspensa no tempo. Existem exemplos claros de evolução em particular as palatais [tf] e [dz] que substituíram o [t] e o [d] seguidos de [i] ou de [e] final pronunciado [i] nas palavras *dia, pode, bate, tirar* ou a vocalização do [l] final de sílaba em *brasiw e no Brasil*.

Com a utilização dos pronomes pessoais no desaparecimento dos casos latinos que distinguiam funções como as de sujeito, objeto direto ou indireto verifica-se que o pronome **eu**, sujeito, corresponde ao **me** objeto indireto; o **ele** e **ela**, sujeitos, dão lugar a **o** e **a** quando objetos diretos. Em consequência, frases como *eu vi ele na rua* que ocorrem em certas variedades do português são considerados aceitáveis. E, no entanto, elas revelam, somente, a aplicação de uma regra geral que atuou na formação das línguas românicas: o desaparecimento da diferenciação casual.

Se observarmos a colocação dos clíticos junto dos verbos, notamos que ela conserva em Portugal antigos hábitos, bem como se revela conservadora a introdução do pronome clítico entre as partes constitutivas do futuro do condicional, por exemplo, em **escrever-te-ia**, particularidade que praticamente já se perdeu no Brasil. No campo lexical também em Portugal e no Brasil encontramos inovações e conservadorismos e quantas palavras hoje abandonadas no português europeu persistem no nordeste brasileiro.

Os exemplos podiam multiplicar-se provando que conservação e mudança caracterizam, diferenciando, a variação dentro das línguas. A variante do português brasileiro apresenta duas características fundamentais que o diferencia, em conjunto, das línguas espanholas faladas em Latino-América, as que lhe estão mais próxima dentre outras línguas românicas:

- a supressão do [l] e do [n] latinos intervocálicos (exemplificada em formas como *mau, mão, só, boa* que contrastam com *solo, malo, mano, buena*;
- a manutenção das vogais breves latinas sem ditongação (que reconhecemos em *sete, medo, porta, sorte* diferindo de *siete, miedo, puerta, suerte*).

Assim, depois de ter revisado e analisado as diferentes posições adotadas por aqueles pesquisadores que de uma forma ou outra se preocuparam com a questão de se existe realmente uma língua brasileira, acreditamos que existe uma variante brasileira do português com as suas características próprias, embora seja ainda cedo para chegarmos a conclusões mais absolutas. Paremos um pouco para pensar. Se o português do Brasil não fosse lingüisticamente diferenciado do português de Portugal e o de outros países em que veio a lograr o estatuto de língua oficial, não haveria por que distingui-los, nem por quê indagar em quê se baseiam tais distinções e identidades. O cotejo de formas fonéticas, fonológicas, morfológicas, morfossintáticas, sintáticas, sintagmáticas, semânticas, lexicais, paradigmáticas, fraseológicas, estilísticas, etc., de um lado, e de outro, como se estruturam tais formas. Burke (1993) no prefácio à edição brasileira de “*Language, self, and society: a social history of language*”, chama atenção no sentido de acreditar que as pesquisas nesta área e, especificamente no Brasil, estão ainda num estágio intermediário:

...E o Império português? E o Brasil? Durante muito tempo estudiosos, isolados, têm feito afirmações específicas a respeito da história do português do Brasil, mas, até onde sei, há poucos trabalhos mais completos, sendo o mais recente de autoria de José Honório Rodrigues (...). Qual foi, por exemplo, a influência das

línguas dos emigrantes mais recentes como os italianos e alemães, no português do Brasil? Por que o Italiano não conseguiu vencer sua disputa com o Português em São Paulo, por volta de 1900? Por que elementos arcaicos sobreviveram no Português do sertão como também sobreviveram no inglês dos Apalaches e no Espanhol do Rio da Plata? Estariam os observadores estrangeiros corretos em sua afirmação de que os brasileiros falam mais devagar do que os portugueses, ou essa idéia nada mais é do que um exemplo do estereótipo europeu da lassidão tropical? Por que os habitantes do Rio Grande do Sul usam tu, em vez de você? (...) As variedades do Português do Brasil, falado e escrito, no passado ou no presente, por grupos diferentes (homens e mulheres, velhos e jovens, ricos e pobres, escravos burocratas, malandros e assim por diante), refletem ou reforçam as diferenças sociais entre esses grupos, ou são independentes?...

Respostas a essas e outras questões só as encontraremos a partir de uma análise da realidade lingüística brasileira e portuguesa ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Neste sentido, Castro (1996, p. 139) adverte:

...Para nos sentirmos mais à vontade neste domínio, que interessa tanto aos brasileiros quanto aos portugueses, seria conveniente desenvolver nos estudos lingüísticos sobre o português uma prática de análises comparativas em que as estruturas brasileiras e portuguesas fossem, por sistema, confrontadas, para que não aconteça que se afirme a diferença na ausência, ou no desconhecimento, de um dos termos da comparação...

Assim, as distinções do português europeu e do português do Brasil são diferenças de fundo que evidenciam culturas separadas no tempo e no espaço. Os argumentos que justificam esta posição são de duas ordens: lingüísticos e sócio-culturais. Somos da opinião de que existem as duas variantes do português; a brasileira e a européia.

## **Considerações finais**

A língua espanhola, e a língua portuguesa foram trazidas para a América em sua versão européia do final do século XV. O português trazido pelos portugueses seria o português moderno clássico que encontrou, nas terras conquistadas, línguas nativas com seus correspondentes dialetos as quais, segundo Anchieta (1874) tinha 4 letras (F,L,S,Z); voz passiva dos verbos e verbos auxiliares; acidentados do nome e um sistema comparável à língua grega, mas, sobretudo, uma língua caracterizada pela suavidade e abundância de recursos e elegância. Como resultado do estudo da evolução do espanhol e do português na América consideramos que, devido ao contato sistemático dessas duas línguas na Península Ibérica, num primeiro momento, e nas novas terras descobertas, num segundo, também como aos contatos estabelecidos entre os índios araucos (da América do Sul) e os índios Caribes, muitas das palavras e frases idiomáticas das línguas autóctones foram se incorporando no Espanhol e no Português falados na América Latina, enriquecendo assim o léxico de cada um desses idiomas. Além do contato com as línguas ameríndias, com a importação de escravos a partir do século XVII, houve um processo de transculturação de elementos africanos.

A língua espanhola e a língua portuguesa na América Latina têm se desenvolvido e se desenvolvem até hoje em outras condições históricas diferentes daquelas em que a língua latina se estabeleceu em seu tempo. No caso do espanhol, podemos afirmar que os países de hispanofalantes na América Latina representam uma variada continuidade lingüística, além de se diferenciar a língua espanhola da península com a do Novo Hemisfério. Essas diferenças aparecem de maneira mais notável na língua falada e se refletem indistintamente na fonética, no léxico, na morfologia, na formação de palavras e na sintaxe.

O Espanhol de América não responde à uniformidade idiomática, como também é o caso do Espanhol da Espanha, pois entre os diversos usuários do idioma podemos reconhecer nossas diversidades, em primeiro lugar, nacionais e posteriormente diatrásticas (variáveis sócio-culturais) diatópicas (variantes geográficas e dialetais). No caso do Brasil, as condições de europeização deram-se através da incorporação das etnias nativas na sociedade branca provocando a mestiçagem e ao mesmo tempo uma eliminação e desagregação da vida tribal e dos seus valores sociais (ib. Câmara J.) Muitos nativos não resistiram o impacto da mudança e se extinguiram quase em massa, embora hoje existam ainda tribos que se conservaram, pois fugiram da presença do homem branco e até agora convivem com os costumes dos seus ancestrais.

Podemos concluir então, que não se pode fazer para o português do Brasil um estudo paralelo ao espanhol da América, sobretudo se levarmos em conta os seguintes pontos:

- eram muitos os espanhóis emigrados para o novo mundo que, aliás, depois se estabeleceram definitivamente;
- o governo de Castela só se ocupava da América e das Filipinas, além da Europa;
- foi possível na chamada América Espanhola a fundação de várias universidades onde até se ensinava em latim e não apenas em castelhano;
- cedo se desenvolveu a imprensa na Espanha.

No Brasil nada disso se verificou porque:

- eram poucos os portugueses emigrados e depois estabelecidos nesse território imenso;
- o governo de Portugal tinha de se ocupar da África, Ásia, e Oceania, além do Brasil e da Europa;

O estudo sistemático de fontes que contribuam para a reconstrução da sócio-história do português brasileiro é de especial interesse, também como a lingüística histórica e seus estudiosos que tentam reconstruir o complexo e ainda insuficientemente desvendado percurso da constituição do português brasileiro e as várias fases da sócio - história lingüística do Brasil. Neste sentido, um papel importante deve ser concedido também à documentação rica e variada baseada nos relatos de viajantes e missionários a partir do século XVI, aos jornais, etc.

### **Bibliografia**

- ALONSO, A. *Estudios lingüísticos. Temas hispanoamericanos*. 3ra edición. Madrid: Gredos, 1967.
- ALVAR, A. *Juan Castellanos: tradición española y realidad americana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1972.
- ANCHIETA, J. *Arte da Grammatica da língua mais usada na costa do Brasil*. 1874.
- BARROS, M.C. et. al. A Língua Geral Como Identidade Construída. **In: Revista de Antropologia v. 39, n. 1**. SP: USP, 1996.

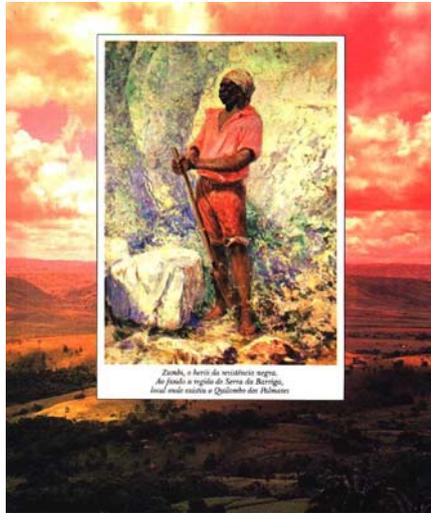
- BAXTER, A. N. *Creole-like traces in rural Brazilian Portuguese dialects*. Department of Spanish: La Trobe University. Melbourne, Austrália, 1987.
- BERKELEY, H. *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano; Três diálogos entre Hílas e Filonous em oposição aos céticos e ateus*. SP: Abril Cultural. (*Os pensadores*), 1984.
- BLASELMANN, P. Humanistische Grammatik und Volkssprache: *Zur Gramática de la Lengua Castellana von Antonio de Nebrija*. Düsseldorf: Droste Sarmiento, 1991.
- BOYD - BOWMANN *Índice geográfico de 40,000 pobladores españoles de América (1520-1539)*. México. XX, 1968.
- BUARQUE DE HOLANDA, A. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. RJ: Nova Fronteira, 1986.
- BUESA, T. *Indoamericanismos léxicos*, HPEA, 169-200, 1957
- BURKE, P & PORTER, R. (org.) *Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem*. SP: Editora UNESP, 1993.
- CÂMARA MATTOSO, J. Línguas européias de ultramar: o português do Brasil. In: *Revista do Livro VIII* (27-28). Rio de Janeiro, pp. 107-118, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Historia e estrutura da Língua Portuguesa*. RJ: Padrão Livraria Editora. 2da ed., 1976.
- CÂNDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 6ta ed., 1981
- CANFIELD, D. L. *El español de América: Fonética* Traducción de Joaquín Llisterra y Dolores Poch. Barcelona: Crítica, 1988.
- CASARES, J. *Introducción a la Lexicografía Moderna*. Madrid, 1950.
- CASSEB GALVÃO, V.C. *O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização*. Dissertação de Mestrado em Lingüística. UNICAMP. Campinas 1999.
- CASTRO, I. Para uma história do português clássico. In: *Duarte e I. Leiria (org.) Atas do Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa: Colibri, 1996. pp. 132-150.
- \_\_\_\_\_. Sistema, norma y habla. In: *Teoría del Lenguaje y Lingüística general*. Madrid: Gredos, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Introducción a la Lingüística*. México: UNAM, 1990.
- COWLES, E.N. Características lexicográficas del español usado en Hispanoamérica y según aparece en las obras literarias regionales. In: *Iberoamericana. American Association of Teachers of Spanish and Portuguese*. México, 1962.
- CUERVO, R. J. *El castellano en América*. Buenos Aires: El Ateneo, 1947
- CUNHA, C. Conservação e Inovação no português do Brasil. In: *EIXO E RODA*. Belo Horizonte, 1986.
- DA SILVA NETO, S. Problemas do português da América. In: *Língua, Cultura e Civilização*. RJ: Livraria Acadêmica, 1960.
- \_\_\_\_\_. *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. RJ. Presença, 3ra edição, 1976.
- DIEGUES JUNIOR, M. *Etnias e culturas no Brasil*. RJ: Imprensa Nacional, 1952.
- ELIA, S. *O problema da língua brasileira*. RJ: Instituto Nacional do Livro, 1940.

- \_\_\_\_\_ *A língua brasileira no mundo*. SP: Ática, 1989.
- ESPINOLA, P. *Memorias sobre los defectos de pronunciación de nuestro idioma y medios de corregirlos*. La Habana, 1795.
- FERREIRA, C. *Remanescentes de um falar crioulo brasileiro*. RJ: Padrão, 1969.
- GRANDA, G. Posibles vías de introducción de africanismos en el habla de negros literaria. **In:** *Thesaurus* 24 (3). Bogotá: 1969. pp. 459-469
- GREGORI TORADA, N. Los cubanos ante la lengua materna: valores, actitudes y políticas lingüísticas. **In:** *Boletín de la Academia Cubana de la lengua*. Vol. 4. La Habana, 1999.
- GRENAND, F. & EPAMINONDAS, H, F. *Pequeno dicionário de língua geral*. Manaus: SEDUC, 1989.
- HOLM, J. A semicrioulização do português vernáculo do Brasil: evidência de contato nas expressões idiomáticas. **In:** *Papia, Revista de Crioulos de Base Ibérica*. Vol. 3 No.2. Thesaurus Editora, Universidade de Brasília, 1994.
- HOUAISS, A *O Português do Brasil. Pequena Enciclopédia da Cultura Brasileira*. RJ: 2da Ed, 1985.
- KANY, CH.E . *Semántica Hispanoamericana*. Madrid: Editorial Aguilar, 1969.
- LAPESA, R. "Alma" y "anima" en el Diccionario Histórico de la Lengua Española: su fraseología. **In:** *Logos Semantikos*, H. Geckeler et. al. (eds.), Berlin: Walter de Gruyter, 1981. pp. 223-228.
- LOPE BLANCH, J. M. El supuesto arcaísmo del español americano. **In:** *Estudios sobre el español de México*. México. UNAM, 1983. pp.33-53.
- MACÍAS, DOMINGUEZ, I. *Cuba en la primera mitad del siglo XVII*. Sevilla: CSIC, 1978.
- MACHADO, FILHO, A D. M. O negro e o garimpo em Minas Gerais. BH. Editora Itatiaia; SP: EDUSP, 1985.
- MALARET, A *Semántica americana*. Imprenta San José. San Juan, 1943.
- \_\_\_\_\_ *Dicionário de Americanismos*. 3ra edição. Buenos Aires, 1946.
- MATTHIAS, P. *Rasgos poscriollos léxicos en el lenguaje coloquial cubano. Criollística Comparada*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1975/1988.
- MAYANS, G. *Origens da língua espanhola*. 1737.
- MENDONÇA, R. *A influência africana no português do Brasil*. 3ra edição. Porto: Figueirinhas, 1948.
- MEYER LÜBKE, W *Introdução ao estudo da glotologia*. Lisboa: Livraria clássica editora de A M. Teixeira, 1916.
- NARO, A.J. & SCHERRE, M.M.P (1993) Sobre as origens do português popular do Brasil. **In:** *D.E.L.T.A. Vol. 9 No. Especial*. 1993. pp. 437-454.
- NASCENTES, A . *Dicionário da língua portuguesa*. RJ, 1988.
- NAVARRO, T. *Manual de pronunciación española*. Edición Revolucionaria. 12 ed, 1966.
- ORTIZ, F. Los afronegrismos de nuestro lenguaje. **In:** *Revista Bimestre Cubana* 17(6) nov. -dic. 1922. pp. 321-336.

- PEÑALVER, J. M. *Memorias que promueve la edición de un diccionario provincial de la Isla de Cuba*. La Habana, 1795.
- PICHARDO, E. *Diccionario provincial casi razonado de voces y frases cubanas*. La Habana: Editora Ciencias Sociales, 1836/1976.
- RAIMUNDO, J. *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. RJ: Renascença Editora, 1933.
- RIBEIRO, J. *A língua nacional: notas aproveitáveis*. SP: Companhia Editora Nacional, 1933.
- ROBERTS, I. & KATO, M. *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora Pontes, 1996.
- RODRIGUES, N. *Os africanos no Brasil*. 5ª edição. Cia, Editora Nacional, 1977.
- RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas*. SP: Edições Loyola, 2002.
- SANTAMARIA, F. J. *Diccionario General de Americanismos*. México, 1946.
- SARMIENTO, D. Memoria sobre ortografía americana. **In: *Obras Completas***. T. IV. Buenos Aires: Editorial Luz del Dia, 1843.
- \_\_\_\_\_ Artículos críticos literários. **In: *Obras Completas*** T. I. Buenos Aires: Editorial Luz del Dia, 1842.
- SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. RJ: Presença (1ª ed., 1950), 1976.
- SILVEIRA, H (1982) *Folha de São Paulo*.
- TADDONI PETER, M.M. Línguas especiais, línguas secretas na África e no Brasil. **In: *Revista da ANPOLL No. 4. Jan/jun.*** SP: Humanitas, 1998. pp135-201.
- TARALLO, F. *Tempos Lingüísticos. Itinerário histórico da Língua Portuguesa*. SP: Editora Ática, 1990.
- \_\_\_\_\_ (1992) Turning different at the turn of the century: 19<sup>th</sup> century Brazilian Portuguese. **In: GUY, G.; BAUGH, G, SCHIFFRIN, D.** Ed. Festschrift to William Labov.
- UREÑA HENRÍQUEZ, P. Observaciones sobre el español de América. **In: *Revista de Filología Española***. Madrid, 1930.
- VALDÉS BERNAL, S. Las lenguas africanas y el español coloquial de Cuba. **In: ORLANDI, E.** (org.) *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.
- VOGT, C. *Cafundó: A África no Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.
- VOGT, C. & FRY, P. (1982) A descoberta do Cafundó: alianças e conflitos no cenário da cultura negra no Brasil. **In: *Religião e Sociedade No. 8***. RJ. Pp.44-51.

## ANEXO I

### Relação de algumas palavras de origem africana que foram incorporadas ao Português falado no Brasil



#### A

*abará*: bolinho de feijão

*acará*: peixe de esqueleto ósseo

*acarajé*: bolinho de feijão frito (feijão fradinho)

*agogô*: instrumento musical constituído por uma dupla campânula de ferro, produzindo dois sons

*angu*: massa de farinha de trigo ou de mandioca ou arroz

#### B

*bangüê*: padiola de cipós trançados na qual se leva o bagaço da cana

*bangulê*: dança de negros ao som da puíta, palma e sapateados.

*banzar*: meditar, matutar

*banzo*: nostalgia mortal dos negros da África

*banto*: nome do grupo de idiomas africanos em que a flexão se faz por prefixos

*batuque*: dança com sapateados e palmas

*banguela*: desdentado

*berimbau*: instrumento de percussão com o qual se acompanha a capoeira

*búzio*: concha

#### C

*cachaça*: aguardente

*cachimbo*: aparelho para fumar

*cacimba*: cova que recolhe água de terrenos pantanosos

*Caculé*: cidade da Bahia

*cafife*: diz-se de pessoa que dá azar

*cafuca*: centro; esconderijo

*cafua*: cova

*cafuche*: irmão do Zumbi

*cafuchi*: serra

*cafundó*: lugar afastado, de acesso difícil

*cafuné*: carinho

*cafungá*: pastor de gado

*calombo*: quisto, doença

*calumbá*: planta

*calundu*: mau humor

*camundongo*: rato

*Candomblé*: religião dos negros iorubás

*candongá*: intriga, mexerico

*canjerê*: feitiço, mandinga

*canjica*: papa de milho verde ralado

*carimbo*: instrumento de borracha

*catimbau*: prática de feitiçaria

*catunda*: sertão

*Cassangue*: grupo de negros da África

*caxambu*: grande tambor usado na dança harmônica

*caxumba*: doença da glândula falias

*chuchu*: fruto comestível

*cubata*: choça de pretos; senzala

*cumba*: forte, valente

*Cumbe*: povoação em Angola

## **D**

*dendê*: fruto do dendezeiro

*dengo*: manha, birra

*diamba*: maconha

## **E**

*efó*: espécie de guisado de camarões e ervas, temperado com azeite de dendê e pimenta

*Exu*: deus africano de potências contrárias ao homem

## **F**

*fubá*: farinha de milho

## **G**

*guandu*: o mesmo que andu (fruto do anduzeiro), ou arbusto de flores amarelas, tipo de feijão comestível

## **I**

*inhamé*: planta medicinal e alimentícia com raiz parecida com o cará

*Iemanjá*: deusa africana, a mãe d' água dos iorubanos

*iorubano*: habitante ou natural de Ioruba (África)

## **J**

*jeribata*: álcool; aguardente

*jeguedê*: dança negra

*jiló*: fruto verde de gosto amargo

*jongo*: o mesmo que samba

## **L**

*libambo*: bêbado (pessoas que se alteram por causa da bebida)

*lundu*: primitivamente dança africana

## **M**

*macumba*: religião afro-brasileira

*máculo*: nódoa, mancha

*malungo*: título que os escravos africanos davam aos que tinham vindo no mesmo navio; irmão de criação

*maracatu*: cortejo carnavalesco que segue uma mulher que num bastão leva uma bonequinha enfeitada, a calunga

*marimba*: peixe do mar

*marimbondo*: o mesmo que vespa

*maxixe*: fruto verde

*miçanga*: conchas de vidro, variadas e miúdas

*milonga*: certa música ao som de violão

*mandinga*: feitiçaria, bruxaria

*molambo*: pedaço de pano molhado

*mocambo*: habitação muito pobre

*moleque*: negrinho, menino de pouca idade

*muamba*: contrabando

*mucama*: escrava negra especial

*mulunga*: árvore

*munguzá*: iguaria feita de grãos de milho cozido, em caldo açucarado, às vezes com leite de coco ou de gado.

O mesmo que canjica

*murundu*<sup>1</sup>: montanha ou monte; montículo; o mesmo que montão

*mutamba*: árvore

*muxiba*: carne magra

*muxinga*: açoite; bordoadas

*muxongo*: beijo; carícia

*maassagana*: confluência, junção de rios em Angola

## **O**

*Ogum ou Ogundelê*: Deus das lutas e das guerras

*Orixá*: divindade secundário do culto jejênago, medianeira que transmite súplicas dos devotos suprema divindade desse culto, ídolo africano

## **P**

*puita*: corpo pesado usado nas embarcações de pesca em vez fateixa

## **Q**

*quenga*: vasilha feita da metade do coco

*quiabo*: fruto de forma piramidal, verde e peludo

*quibebe*: papa de abóbora ou de banana

*quilombo*: valhacouto de escravos fugidos

*quibungo*: invocado nas cantigas de ninar, o mesmo que cuca, festa dançante dos negros

*queimana*: iguaria nordestina feita de gergelim

*quimbebé*: bebida de milho fermentado

*quimbembe*: casa rústica, rancho de palha

*quimgombô*: quiabo

*quitute*: comida fina, iguaria delicada

*quizília*: antipatia ou aborrecimento

## **S**

*samba*: dança cantada de origem africana de compasso binário ( da língua de Luanda, semba = umbigada)

*senzala*: alojamento dos escravos

*soba*: chefe de trigo africana

## **T**

*tanga*: pano que cobre desde o ventre até as coxas

*tutu*: iguaria de carne de porco salgada, tocinho, feijão e farinha de mandioca

## **U**

*urucungo*: instrumento musical.

## **V**

*vatapá*: comida

## **X**

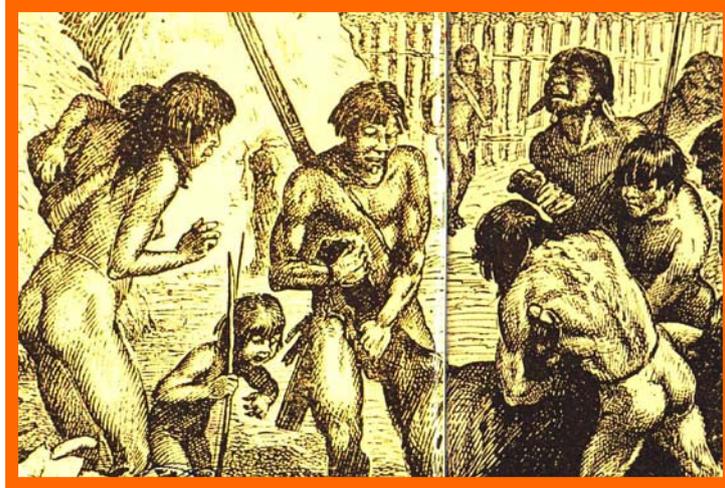
*xendengue*: magro, franzino

## **Z**

*zambi ou zambeta*: cambaio, torto das pernas

*zumbi*: fantasmas

## ANEXO II



### Influência das línguas indígenas no Português do Brasil

- Até o século XVII, era falada a língua geral, nas regiões de São Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas e Pará. Ainda no começo do século XVIII, a situação continua a ser desfavorável para o português. De quatro pessoas, encontravam-se três que se exprimiam em tupi.
- Várias ordens régias foram expedidas pelo governo da metrópole, para que se ensinasse aos índios a língua portuguesa. Depois da expulsão dos jesuítas (1759), o uso da língua trazida pelos portugueses se tornou obrigatório nesta porção do território americano.
- Hoje, milhões de brasileiros diariamente usam palavras de origem indígena sem saberem o seu significado original, o que é uma pena, pois entender um pouco mais sobre essa influência seria uma forma de entender melhor as próprias origens.
- Da língua indígena o português incorpora principalmente os seguintes tipos de palavras:
  - a) Nomes de plantas: açaí, abacaxi, babaçu, buriti, cajá, capim, carnaúba, cipó, cupuaçu, goiaba, guaraná, ipê, jabuticaba, jambo, jatobá, jenipapo, jequitibá, jurubeba, mandioca, maracujá, peroba, pitanga, pitomba, sapucaia, taioba, taquara, umbu.
  - b) Nomes próprios ou apelidos de pessoas :Baraúna, Cotegipe, Caminhoá, Guaraciaba, Iara, Itagiba, Imbarraí, Jaci, Juraci, Jupira, Jucá, Jaguaribe, Pitanga, Piragibe, Sucupira, Ubirajara.
  - c) Nomes próprios de lugares: Acre, Amapá, Anhangabaú, Botucatu, Caatinga, Canindé, Catumbi, Goiás, Guanabara, Guarapiranga, Guaratinguetá, Guarulhos, Ipanema, Itatiaia, Itu, Jacarepaguá, Jaçanã, Jacuí, Jundiá, Jundiapéba, Juturnaíba, Mantiqueira, Marabá, Maracanã, Moóca, Niterói, Pacaembu, Pará, Paraíba, Paraná, Paranaguá, Pirai, Paquetá.)
  - d) Nomes de seres do reino animal: araponga, arara, capivara, curió, cutia, curiango, gambá, irara, jaburu, jaçanã, jararaca, jacaré, jacu, jaó, jibóia, juriti, lambari, mandi, maracanã, nambu, paca, piranha, saúva, sabiá, tatu, urubu.
- Não é de se admirar o fato de muitas pessoas acreditarem que os indígenas só falavam a língua Tupi.
- Como a língua predominante entre todas as tribos era o Tupi, os portugueses passaram a supervalorizar a língua e índios Tupis. A partir daí, as outras tradições lingüísticas foram sendo inferiorizadas.
- Os missionários não somente aprenderam a língua, como também fizeram questão de alterar e misturar a gramática de acordo com os moldes do latim, passando a divulgar a língua e, por assim dizer, impor a aprendizagem aos outros povos indígenas.
- Pela falta de informação sobre culturas indígenas, as grandes figuras da literatura brasileira, em seus trabalhos, também citam o Tupi como se essa fosse a única tribo e existisse apenas o Tupi como língua falada.

- Como foi dito anteriormente, a língua de contato entre o colonizador e os povos indígenas do litoral era o Tupi, mais precisamente o dialeto tupinambá. Os jesuítas estudaram a língua, traduziam orações cristãs para a catequese e dela se utilizavam como língua geral, ao lado do português, na vida cotidiana da colônia. Não se contentaram apenas com conhecê-la praticamente, mas levaram o seu empenho tão longe neste particular, que chegaram a compor uma gramática e um dicionário dessa língua.

### **Algumas palavras e seus significados na língua indígena:**

- Jaci: A lua; o Deus Lua.
- Iara: Sereia. Ser mitológico que tem corpo de mulher e cauda de peixe.
- Caatinga – Região de mato ralo e árvores de pequeno porte.
- Jundiá – Rios dos Jundiás; nome de rio e cidade de São Paulo
- Jundiapéba – Abundância de jundiás (nome de município da região de Mogi das Cruzes).
- Jacarepaguá – Baixada da lagoa dos jacarés (nome de lagoa, praia e bairro do estado do Rio de Janeiro).
- Paraná – Rio caudaloso (nome de estado brasileiro e rio do mesmo nome)
- Botucatu – Bons ares, bom clima, bons ventos.
- Caraguatatuba – Lugar de muitos caraguatás, gravatás.
- Goiás – Da mesma raça, igual.
- Grajaú – Pássaro comedor.
- Guarani – Guerreiro, combater, guerrear (nome de vila do bairro de São Miguel Paulista em São Paulo).
- Guaratinguetá – Garças brancas.
- Guarulhos – Dos guarus (peixes), (nome de cidade do estado de São Paulo).
- Guarujá – Viveiro de guarus (peixes), (nome de cidade do litoral de São Paulo)
- Ipanema – Água que não presta.
- Jacuí – Rio dos Jacus (nome de vila do bairro de São Miguel Paulista, em São Paulo).
- Moóca – Pouso, rancho (bairro da cidade de São Paulo)
- Pacaembú – Arroio das pacas
- Pará – Mar (nome de Estado brasileiro).
- Paraíba – Rio de pouco peixe, rio ruim para navegar (nome de Estado brasileiro).
- Paranaguá – Baía, enseada do mar (nome da avenida onde se localiza a escola Condessa Filomena Matarazzo).
- Piratininga – Peixe seco, local onde o rio transborda e põe os peixes para fora.
- Anhangabaú – Rio de malefícios.
- Sergipe – De olhos irrequietos (nome de Estado brasileiro.)
- Taquari – Taquara fina (nome de vila do bairro de Itaquera, na cidade de São Paulo).
- Uberaba – Água brilhante, água cristalina (nome de cidade de São Paulo).
- Mairiporã – Homem louro, bonito ou cidade bonita (nome de cidade do Estado São Paulo.)

Podemos usar a frase abaixo como exemplo da mistura com outras línguas existente no Português:



